



6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

Debate Temático

“45 ANOS DEPOIS DO 25 DE ABRIL, OS DIREITOS DAS MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO”

NOTA INTRODUTÓRIA

A Revolução de Abril foi um marco histórico na vida do país que teve repercussões profundas na vida das mulheres portuguesas. Pela sua própria força emancipadora e fruto de muitas alterações legislativas e sociais, as mulheres usufruíram de extraordinárias medidas em matéria de direitos civis, laborais, de segurança social, do direito da família, de protecção da maternidade e paternidade, que levou a uma melhoria das suas condições de vida e de trabalho. 45 anos depois do 25 de Abril, a presença das mulheres no mundo do trabalho é bastante diferente, com uma participação quantitativa e qualitativa crescente, num percurso de conquistas, mas também de obstáculos e discriminações que urge serem ultrapassados.

Proposta de organização e estrutura do Debate Temático

Com base na Proposta nº 4/2019 do GM do PCP, a AML deliberou na sua 56ª reunião de 28 de Fevereiro de 2019, por unanimidade, realizar um Debate Temático subordinado ao tema “45 anos depois do 25 de Abril, os direitos das mulheres no mundo do trabalho”, aberto à intervenção do público e decorrendo em 3 sessões.

A 1ª sessão foi agendada para a 76ª reunião da AML de 27 de Junho de 2019. A 2ª foi inscrita na 78ª reunião da AML de 4 de Julho de 2019. Foi ainda prevista uma 3ª sessão para discussão e apreciação do presente relatório e deliberação sobre as recomendações decorrentes do mesmo.

Esta deliberação foi aprovada no contexto das comemorações do dia 8 de Março - Dia Internacional da Mulher, para uma jornada em 3 sessões que representasse uma justa homenagem à luta pela igualdade e de mobilização das mulheres para lutar por melhores condições de vida e de trabalho, pelos seus direitos próprios, contra todas as formas de opressão e exploração.

Considerou o GM proponente que, respeitar os direitos das mulheres, fazer valer a igualdade, acabar com a discriminação e a desigualdade entre mulheres e homens, em todas as áreas, constituíam condições de qualquer sociedade esclarecida e democrática, e que, no ano em que se comemora o 45º aniversário do 25 de Abril, haveria que avaliar o que foi alcançado em matéria de igualdade, mas também o muito que ainda faltará realizar.

Argumentavam que, apesar da Constituição da República Portuguesa de 1976, que salvaguarda os direitos das mulheres, se continuam a verificar profundas desigualdades e discriminações que põem em causa a sua dignidade. Sustentaram que persistiam as situações discriminatórias sobre



6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

as mulheres, ao nível do emprego, da educação, das reformas e pensões, da saúde, da participação social, da fruição cultural, constatando-se o aprofundar de actos de violência contra as mulheres.

Propunham, por isso, que para se alcançar uma verdadeira política de igualdade, inseparável da justiça social, dos valores e direitos de Abril, do progresso social e económico do País, deveriam, em paralelo, serem efectivados os direitos das mulheres, na lei e na vida, dando-se um contributo para transformar a sua condição social, potenciando-se a sua participação, valorizando as suas competências e saberes no plano profissional, social, político, cultural e desportivo, com o que ganhariam as mulheres e, por inerência, a própria sociedade portuguesa.

1ª SESSÃO - ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA, DIA 27 DE JUNHO DE 2019

“AS MULHERES NA RESISTÊNCIA ANTI-FASCISTA E O SEU PAPEL NAS LUTAS LABORAIAS ANTES DO 25 DE ABRIL”

Relatório elaborado por DM Raúl Santos e DM Sobreda Antunes

No dia vinte e sete de Junho de dois mil e dezanove, pelas 17h30, reuniu em sessão extraordinária na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, para a realização da 1ª sessão do debate temático subordinado ao tema “45 anos depois do 25 de Abril, os direitos das mulheres no mundo do trabalho”. Esta 1ª sessão subordinou-se à temática “As mulheres na resistência antifascista e o seu papel nas lutas laborais antes do 25 de Abril”.

I - BREVE DESCRIÇÃO DA SESSÃO E APRESENTAÇÃO INICIAL DOS PAINÉIS PELA MESA

A sessão foi presidida, como Moderadora, pela Sr.ª DM Natacha Amaro, do GM do PCP, tendo sido nomeados como relatores o DM Raúl Santos (IND), e o DM Sobreda Antunes, do GM de Os Verdes.

Os trabalhos foram organizados de acordo com a seguinte estrutura:

1º Painel, com intervenção das oradoras convidadas Marília Villaverde Cabral, dirigente da URAP, Manuela Tavares, dirigente da UMAR e investigadora em Estudos sobre as Mulheres, e Rosa Saúde, operária (reformada) e dirigente sindical;

2º Painel, com comunicações de entidades e personalidades convidadas;

3º Painel, com participação do público;

4º Painel, com intervenções das forças políticas representadas na AML.

A Moderadora, a DM Natacha Amaro, no uso da palavra, depois de dar as boas-vindas a todas e todos, começou por agradecer a presença dos convidados.

Esclareceu que Ana Sofia Fernandes, Presidente da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres e Vice-presidente do Lobby Europeu de Mulheres, que havia aceitado o convite para



6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

fazer parte do 1º painel, acabara de informar a AML que, por motivos supervenientes e de natureza urgente, facto que lamentava, não lhe seria possível participar no evento.

A Sr.ª Moderadora delimitou as intervenções no painel inicial a uma duração de dez minutos, de modo a que cada oradora pudesse proceder a uma apresentação e levantamento de problemas, mas que teriam ainda oportunidade, se assim o entendessem, de dar resposta a alguma questão que fosse entretanto colocada.

II - 1º PAINEL: INTERVENÇÕES DAS ORADORAS CONVIDADAS

A Sr.ª Moderadora começou por dar a palavra à primeira convidada presente na Mesa, Marília Villaverde Cabral da URAP.

Marília Villaverde Cabral

A oradora começou por contextualizar o período da implantação do fascismo em Portugal, que levou à liquidação das liberdades, à sistemática repressão contra o povo, de que as mulheres foram as principais vítimas, visto terem sido privadas de direitos elementares no seio da própria família, onde, sobre o lema ‘Deus, Pátria, Família’, o fascismo as teria atirado para o canto da casa, impedindo-as de ter acesso a uma vida profissional normal, de modo a poder tê-las subalternas, logo discriminadas.

Enumerou períodos marcantes, como 1932, onde nos manuais de leitura se podia ler “na família o chefe é o pai, na escola o chefe é o mestre, na igreja o chefe é o padre, na Nação o chefe é o Governo”. Como 1933, onde a Constituição consagrava a inferioridade das mulheres perante a Lei, em resultado da sua natureza e do pretense bem-estar da família. Ou ainda 1936, quando só se podiam casar com a autorização do Ministro da tutela, e concedida apenas se o noivo tivesse bom comportamento moral, civil e meios de subsistência adequados ao vencimento de uma professora, ou as hospedeiras do ar que se não podiam casar. Também até 1969, a mulher não podia viajar para o estrangeiro sem autorização do marido e o divórcio não era permitido aos casais com casamento católico. Referiu que a sujeição ao homem estava, assim, presente em toda a vida conjugal, pois ao marido era permitido inclusive abrir a correspondência da mulher, sendo as humilhações constantes.

Especificou com o seu próprio exemplo, que havia trabalhado durante anos na Previdência, onde os seus colegas podiam fumar no local de trabalho, mas não as mulheres, que também não podiam usar calças, mas apenas batas, pelo que optavam por arregaçar as calças, às escondidas, por debaixo da bata.

Já no que dizia respeito à saúde sexual e reprodutiva, cerca de 43% dos partos eram realizados em casa e 17% sem assistência médica. O aborto era punido com penas de prisão de 2 a 8 anos, estimando-se que o seu número tivesse atingido cerca de 100 mil por ano, pois a mulher não tinha o direito de tomar contraceptivos contra a vontade de marido. Até aos finais de 1960, as mulheres só podiam votar se fossem chefes de família e possuíssem curso médio ou superior.



6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

Aproveitou por saudar o facto de, mesmo nas difíceis condições impostas pela ditadura fascista, muitas mulheres nas fábricas, nos campos, intelectuais, donas de casa, terem sabido mobilizar-se em torno de questões concretas, como o aumento de salário, o custo de vida, as condições de trabalho, a luta pela paz e contra a guerra colonial, pela educação, pelo direito de voto ou pela libertação dos presos políticos.

Considerou, por isso, que as mulheres sempre souberam criar organizações próprias, fossem elas ilegais, semilegais e mesmo legais, tendo organizado grandes e pequenas acções de esclarecimento e mobilização, de que havia constituído exemplo a Associação Feminina Portuguesa para a Paz em 1935, a qual acabaria por ser encerrada pela PIDE em 1952, os Núcleos Femininos de Movimento de Unidade Nacional Antifascista entre 1943 a 1949. Ou ainda o Movimento de Unidade Democrática entre 1945 e 1949, o Movimento Nacional Democrático de 1949 a 1950, o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e, já em 1969, o Movimento Democrático de Mulheres, que se mantém em actividade até aos nossos dias.

Citou, de seguida, vários nomes que marcaram o período da resistência, e que ficaram gravados na história do nosso País, com a luta pelos direitos das mulheres, nomes como Carolina Beatriz Ângelo, Maria Lamas, Virgínia Moura, Maria Isabel Aboim Inglês, Alda Nogueira e muitas outras.

Dá que a URAP - a União de Resistentes Antifascistas Portugueses, à semelhança do que já havia feito para Peniche, no Porto e para Angra do Heroísmo, começara já a fazer o levantamento, na Torre do Tombo, de todas as mulheres que estiveram presas em Caxias, para as poderem condignamente homenagear, de modo a não deixar que se esqueça a sua coragem na luta antifascista. Mulheres que estiveram sempre presentes em todas as lutas do povo, nas Marchas de Fome durante a guerra, nas muitas greves na margem sul do Tejo, nos anos 40 na Marinha Grande, ou nas vésperas do 25 de Abril, na Plessey Automática, na Standard, na Grundig e muitas outras empresas.

Recordou o papel das mulheres nas campanhas eleitorais para a Presidência da República, de Norton de Matos, Rui Luís Gomes e Humberto Delgado, ou já em 1969, na campanha eleitoral para a Assembleia Nacional fascista, onde chegaram a criar comissões eleitorais de mulheres integradas na CDE - Comissão Democrática Eleitoral. Também no Congresso de Oposição Democrática, nomeadamente no 3º Congresso de 1973, conhecido como o Congresso de Aveiro, ponto alto na unidade de todos os democratas, com um grande incentivo para que os trabalhadores e os operários tivessem a coragem de agendar nos trabalhos preparatórios aquilo que sabiam e sentiam na pele.

Deu o exemplo de Encarnação Raminhos e de ela mesma, Marília Villaverde Cabral, que não tinham hábitos de escrita, mas que avançaram com uma tese a apresentar ao Congresso, procurando desmistificar a ideia de que a mulher era apenas mãe e dona de casa. Na altura escolheram o título “O trabalho da mulher, condições de vida e condições de trabalho e desigualdade de tratamento”, tendo tido o cuidado de referir que o trabalho incidia unicamente sobre os problemas das profissionais de escritório, numa tentativa de reflexão sobre as condições gerais existentes nesse sector.



Haviam também decidido incluir na tese um inquérito dirigido às funcionárias da então Previdência, num capítulo denominado “Motivação no trabalho”, tendo apenas 11% respondido, indicando 79% que trabalhavam porque o ordenado do marido era insuficiente, e porque só assim se sentiam realizadas como parte integrante na sociedade. Clarificou que o inquérito tivera como objectivo procederem a uma amostragem dos problemas mais sentidos pelas trabalhadoras, levando-as a pensar nos seus próprios problemas.

Lamentou o facto de Portugal, apesar de ter depois realizado uma revolução, não ter conseguido preservar todas as suas conquistas, embora, na sequência das inúmeras alterações legislativas, as mulheres tenham sabido agarrar a nova situação com muito entusiasmo e alegria. Neste novo contexto, lembrou a beleza dos seguintes versos de Maria Velho da Costa: “Elas fizeram greves de braços caídos. Elas brigaram em casa para ir ao sindicato e à Junta. Elas gritaram à vizinha que era fascista. Elas souberam dizer salário igual e creche e cantinas. Elas vieram para a rua de encarnado. Elas foram pedir para ali uma estrada de alcatrão e canos de água. Elas gritaram muito. Elas encheram as ruas de cravos”.

Porém, ainda no período cinzento e triste de 1973, a maioria das funcionárias só falava dos filhos e da casa, estando completamente alheadas do mundo que as rodeava, enquanto as mulheres da resistência transmitiam aos seus filhos o interesse pela sociedade, os valores de liberdade e da dignidade. Mas reivindicavam creches, para que as mães se sentissem seguras no trabalho e pudessem participar na vida social ou no sindicato, tentando ganhar o papel do homem no acompanhamento dos filhos, bem como nos trabalhos domésticos.

A referida tese ao Congresso teria espelhado a realidade social que observavam e as chocava profundamente, querendo que os homens entendessem que, viver com uma companheira em igualdade e com os mesmos direitos, seria também para eles uma relação muito mais rica e feliz.

Concluiu reconhecendo que, decorridos 46 anos e fruto da Revolução de Abril, a situação mudara, principalmente com a Constituição da República Portuguesa, que passara a consagrar a igualdade de todos os cidadãos perante o Estado. Entendeu que havia ainda muito por realizar e que tal apenas seria alcançado com o reforço da luta organizada das mulheres contra a exploração laboral, contra as desigualdades e as discriminações, pela exigência de cumprimento da igualdade no trabalho, na família, na vida social, política e cultural. Ou seja, uma luta pelo exercício de direitos próprios e pela participação em igualdade, luta que terá mais possibilidades de êxito quanto mais se entrelaçar e convergir na luta por direitos e reivindicações comuns à classe social de que fazem parte.

Depois de agradecer a explanação, a Sr.^a Moderadora do debate cedeu a palavra à oradora seguinte, Manuela Tavares, dirigente da UMAR e investigadora em Estudos sobre as Mulheres.

Manuela Tavares

Após saudar a intervenção da anterior oradora, procurou fazer uma homenagem, ainda que simbólica, àquelas mulheres que antes do 25 de Abril, em especial nos últimos anos antes da



6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

Revolução, se atreveram a enfrentar o regime de grande repressão, apesar das dificuldades então existentes, em que um simples levantar de voz, nem que fosse para exigir um pequeno aumento de salário, poderia dar origem à prisão e até à morte, pelo que, ainda hoje, se continuava a desconhecer onde estariam muitas dessas mulheres, por terem passado pela História de uma forma quase invisível.

Perante este enquadramento, sustentou como muito importante fazer-se o levantamento das presas em Caxias e até ouvir as suas próprias histórias de vida, permitindo que os seus nomes possam vir a ser identificados num memorial.

Lembrou que a UMAR assegurava um projecto sobre memórias e feminismos, para o qual procurava recolher histórias de vida de mulheres que se tivessem destacado, não só antes, como do após 25 de Abril. A Associação que representava nascera do caudal das lutas após o 25 de Abril, das mulheres que, por necessidade, haviam ocupado casas, ou que nas fábricas haviam lutado pelo direito ao trabalho, que haviam procurado assegurar regimes de autogestão, e vender depois ao público a sua produção para conseguirem auferir os seus salários. Trabalhadoras que haviam assistido à fuga que os patrões fizeram após a Revolução de Abril, que encerraram fábricas e se foram embora, deixando-as sem qualquer orientação e colocando em causa os postos de trabalho.

Homenageou de seguida as mulheres que no período entre 1969 e 1973 haviam tido a coragem de resistir e de lutar. Como em Janeiro de 1969, quando cerca de 1.200 trabalhadoras da Fábrica Simões fizeram greve exigindo o aumento de salário e, pelo mesmo motivo, em Março do mesmo ano, 100 operárias da Bica, em Sacavém, também haviam paralisado. Ou em Santo Tirso, com as trabalhadoras da Fábrica de Fiação e Tecelagem do Rio Vizela, que se concentraram frente à Câmara Municipal. Ou as operárias têxteis numa região isolada do País, como em Unhais da Serra, que entre Maio e Dezembro de 1969 desencadearam uma luta de grande envergadura para a época. Ou ainda em 28 de Maio, quando originaram uma primeira greve, por a gerência exigir que cada operária tomasse conta de 800 fusos, em vez de 400, mantendo as mesmas condições trabalho, com meros 30 escudos por dia de salário, a inexistência de transportes para quem tinha de andar perto de 10 quilómetros a pé, com descontos nos prémios de produção, caso utilizasse a casa de banho mais que uma vez por dia.

Na altura, por ter acabado por ser despedida uma trabalhadora, as restantes apenas retomaram o trabalho devido à intervenção da GNR. Em Dezembro, o conflito laboral agudizara-se, perante as dificuldades das trabalhadoras em aguentarem os ritmos de trabalho. De tal modo que, ao saírem da fábrica, alertaram as colegas e desligaram as máquinas durante três dias, permanecendo as operárias paradas no seu posto de trabalho. A GNR acabaria por entrar na fábrica, apontando-lhes metralhadoras, mas, apesar da ameaça, mantiveram a greve, tendo as reuniões durado até às 4 e 5 horas da madrugada. De novo a 13 de Dezembro, um autêntico exército da GNR acumulou-se em frente à fábrica, junto aos acessos. À entrada da fábrica, a GNR interrogava as operárias se estavam dispostas a aceitar as novas condições de trabalho e, perante as respostas negativas, impedi-as de entrar na fábrica. Apesar de as trabalhadoras terem enviado telegramas a pedir a intervenção do Governo, na manhã seguinte, de novo à porta da fábrica e perante o povo apinhado e a GNR de metralhadoras apontadas, acabariam sendo levadas, uma a uma, ao



6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

escritório, para assinarem o compromisso de trabalharem com os 800 fusos. A greve apenas seria quebrada quando 4 ou 5 raparigas, extremamente pobres, foram obrigadas pelos pais a aceitarem as ultrajantes condições contratuais, tendo as restantes recomeçado a trabalhar para que as organizadoras daquela luta não acabassem por ser descobertas.

Estas eram histórias de resistência e de coragem numa região do interior, Unhais da Serra, perto da Covilhã, mas que hoje se desconhecia o paradeiro daquelas mulheres, que mereciam ser encontradas e das suas histórias de vida ser feito o devido relato.

Inventariou ainda exemplos em outras empresas, como na Cortegaça, no concelho de Ovar, onde 300 operárias paralisaram o trabalho, em luta contra o controlo das idas à casa de banho, na Marinha Grande, em Setúbal, em Silves, em Alhos Vedros, em Alhandra, no Algueirão, em São João da Madeira, na Figueira da Foz, locais entre muitos outros onde se registaram maciços movimentos de greve entre 1969 e 1973.

Explicou que os motivos destas greves se centraram em questões salariais, por vezes muito imediatas, onde as mulheres aspiravam a melhores condições de trabalho, mobilizando-se contra os despedimentos, exigindo infantários, a semana das 40 horas, e onde a greve de braços caídos era das mais utilizadas. Tinha conhecimento que, na altura, as operárias conserveiras apenas ganhavam 6 escudos por hora, desenvolvendo naquele período importantes reivindicações, também por questões salariais, por refeitórios, creches e melhores condições de trabalho.

Já a partir de Outubro de 1973, as operárias de grandes empresas de material eléctrico, como na Plessey Automática, com 2.500 trabalhadoras em Cabo Ruivo, na Standard Eléctrica em Cascais, com mais de 1.200 trabalhadoras, a Electrónica Signectics em Setúbal e a General Instruments em Arruda dos Vinhos, haviam desencadeado um ciclo de greves por um salário mínimo de 3.000 escudos por mês, pela redução do horário de trabalho semanal para 40 horas e por 30 dias de férias com direito a subsídios a 100%.

Durante aquelas lutas, foram despedidas duas delegadas sindicais, uma delas grávida e outra uma activista sindical, tendo, para este caso, referido expressamente o nome de Maria Teresa Branquinho, com apenas 17 anos, que foi sujeita a interrogatório policial. Noutro caso, num comunicado datado de 12 de Abril de 1974, o Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria de Lanifícios, em Gouveia, denunciou o despedimento da dirigente sindical Maria do Céu Ferreira de Jesus, por resistir ao clima de intimidação e de repressão do regime, que se fazia abater sobre todas aquelas mulheres.

Considerou pertinente salientar o conteúdo dos comunicados dirigidos aos trabalhadores têxteis, que não eram normais para a época, e nos quais já fazia referência à situação de desigualdade das mulheres no trabalho e na família, tendo assinalado o facto de, para além das lutas em contexto operário dessa altura, haver abaixo-assinados contra a guerra colonial e de solidariedade para com as mulheres e com os presos políticos, comunicados muitos deles incentivados pelo MDM.



6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

Relevou ainda situações, aparentemente à margem destas lutas, onde a censura nos jornais era muito grande, como o processo das 'Três-Marias', datado de 26 de Maio de 1972, o qual obteve solidariedade de vários países, não apenas nos EUA, como na Europa, por Maria Teresa Horta, Maria Velho da Costa e Isabel Barreno terem sido acusadas de ofensas à moral pública, e terem redigido um livro pornográfico, desencadeando em Portugal, e já a seguir ao 25 de Abril, o apoio de mulheres feministas de outros países, conduzindo à formação do MLM - Movimento de Libertação das Mulheres.

Reconheceu que quando o regime entrou em colapso, não o foi apenas devido às lutas das mulheres, operárias ou não, mas pelas próprias contradições existentes em relação à guerra colonial, e pelo alargamento do campo da oposição aos sectores católicos, entre outros, bem como devido à crise económica e financeira.

Por na madrugada do 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas ter derrubado a mais longa ditadura do século XX, abrindo lugar a um processo revolucionário onde as mulheres realmente soltaram a palavra, num espaço de liberdade até aí nunca vivido, muitas mulheres diziam: "Eu pela primeira vez sinto-me bem a falar numa assembleia, eu pela primeira vez, tenho direito a dizer aquilo que penso eu, pela primeira vez posso sair de casa para fazer o curso de alfabetização e tirar a 4ª classe ou aprender a ler e a escrever", tanta coisa nova que aconteceu em Portugal a seguir ao 25 de Abril, e que requer, com toda a certeza, ser ainda homenageado.

Tratar-se de um ruptura com a clausura doméstica, que limitava as capacidades e as vontades das mulheres, que representou um avanço nas suas consciências e atitudes, que criou realmente condições para romper o cerco, e para milhares de mulheres poderem passar a dar o seu contributo de participação.

Concluiu com um poema que a anterior oradora já ali iniciara: "Elas também disseram mãe e a sogra que isso era dantes. Elas ouviram falar de uma grande mudança e que vai entrar pelas casas. Elas choraram no cais agarradas aos filhos que vinham da guerra. Elas aprenderam a mexer nos livros de conta e nas alfaias das herdades abandonadas. Elas sentaram-se a falar à roda de uma mesa a ver como podia ser sem os patrões. Elas levantaram o braço nas grandes assembleias. Elas disseram à mãe, segure-me aqui os cachopos, senhora, que a gente vai de camioneta a Lisboa dizer-lhes como é. Elas vieram dos arrabaldes com o fogão à cabeça ocupar uma parte de casa fechada. Elas diziam tu às pessoas com estudos e aos outros homens. Elas iam e não sabiam para aonde, mas que iam. Elas acendem o lume. Elas cortam o pão e aquecem o café esfriado. Elas vão à parteira que lhes diz que já vai adiantado. Elas alargam o cós das saias. Elas choram a vomitar".

Destacou, para terminar, a grande luta das mulheres portuguesas a seguir ao 25 de Abril, a luta de três décadas pela despenalização do aborto em Portugal, o que, para si, constituía fonte de orgulho, reconhecendo que também foram muitos os homens que participaram nessa grande luta civilizacional de se poder interromper uma gravidez não desejada nos serviços públicos de saúde.

Depois de agradecer a exposição, a Sr.ª Moderadora do debate cedeu a palavra à última oradora deste 1º painel, Rosa Saúde, operária (reformada) e dirigente sindical.



Rosa Saúde

Para iniciar à sua intervenção, lembrou uma situação que na véspera tivera oportunidade de assistir pela televisão - que logo lhe fez lembrar os anos de antes do 25 de Abril - a uma reportagem sobre uma trabalhadora do sector corticeiro, de nome Cristina Tavares, em defesa do seu posto de trabalho, mas onde continuava a haver quem infelizmente já se tenha esquecido de que, apesar de o 25 de Abril já ter sucedido há 45 anos, não se podia perpetuar as injustiças contra as mulheres.

Informou que iria então falar das lutas das mulheres antes do 25 de Abril, quando se lutava muitas vezes em silêncio, sem transmitir ou se falar em voz alta, para não serem despedidas, das mulheres resistentes antifascistas, do seu papel nas lutas laborais, apesar da repressão que existia, da falta de liberdade, das portuguesas que nunca deixaram de lutar por melhores condições de vida, por melhores salários, pela redução do horário de trabalho, pelo apoio à família dos presos políticos, em defesa da paz, e de algumas das lutas que ainda hoje, infelizmente, se mantêm.

Começou pelas lutas das mulheres do Alentejo e do Ribatejo, das operárias agrícolas, por melhores salários, pela redução do horário de trabalho e que resultou na trágica morte de Catarina Eufémia, em Baleizão, em 1952. Destacou que a luta vale sempre a pena e, em 1962, dez anos depois, as mulheres dessa mesma zona, voltaram a ter um papel importantíssimo no alcance do horário de trabalho das 8 horas diárias, luta pela qual Catarina Eufémia tinha sido assassinada nos campos do Alentejo.

Lembrou a luta das empilhadoras na Marinha Grande, os duros trabalhos de preparação do vime, que feria as mãos, a ausência de condições de trabalho, com os filhos ao lado delas, dentro de um caixote, para os poderem amamentar.

Mulheres que participaram nas marchas contra a fome, em Alenquer, em Sacavém, na Póvoa de Santa Iria, em Alhandra e em Loures, só para citar alguns locais do distrito de Lisboa. Mulheres que participaram activamente nas greves de 1943 e 1944, nas greves nos têxteis em Alhandra, nas greves de 1972 por melhores salários, nos Cabos d'Ávila, nos armazéns do Chiado, Grandella, Eduardo Martins, Lanalgo, Braz & Braz e Dinfer, entre muitas outras. A luta dos Caixeiros de Lisboa, que concentrou cerca de 5.000 pessoas em São Bento, em Março de 1971, o protesto contra a decisão arbitrária do Governo de acabar com a semana-inglesa de 44 horas que tinha sido conquistada através de uma longa luta contra o patronato e contara com a participação de muitas mulheres, que ainda hoje comemoram esse dia num almoço e se reúnem para lembrar que valeu a pena a luta desenvolvida.

No sector do material eléctrico, onde haviam conseguido, em 1963, o primeiro contrato, e onde fora eleita a primeira mulher dirigente sindical, a Idália, que ainda hoje era viva, morando em Lisboa, pelo que era preciso ir à procura dessas mulheres, e registar a sua participação nas lutas.

Reconheceu que as lutas não se faziam só com mulheres, e que os trabalhadores da MAGUE, no próprio dia 25 de Abril, estavam em greve em Alverca, apesar da repressão, sendo quase 2.000



6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

homens. Mas que, inseridas nos diversos sectores, as mulheres participaram activamente nas lutas, desde o têxtil, ao corticeiro, aos químicos e à metalurgia. Só no distrito de Lisboa, havia centenas de milhares de trabalhadoras e trabalhadores igualmente ou ainda mais exploradas.

O aumento das mulheres no mundo do trabalho dera-se, particularmente, no início dos anos 60, com a ida de muitos homens para a guerra colonial. Homens que partiam para o Ultramar, ficando as mulheres nas empresas, trabalhando das 8 às 18 horas, e até às 13 horas de sábado, experiência vivida pela própria oradora.

Em 1968, quando foi criado o MDM, a mais antiga organização das Mulheres Portuguesas, e depois em 1970, quando surgiu a CGTP, foram duas organizações muito importantes que desde logo tiveram o apoio e a aceitação das mulheres trabalhadoras.

Reportou, de seguida, factos da sua experiência pessoal no mundo do trabalho. Esta iniciara-se em 1965, numa empresa de cerâmica em Alverca, onde a maioria das trabalhadoras eram mulheres, com um trabalho duro e sem o mínimo de condições, não havendo luvas para agarrar os tijolos e as telhas que saíam do forno, pelo que ficavam com as mãos cheias de bolhas, porque não se podia parar a tarefa. Denunciou que na cerâmica não se faziam descontos para a Segurança Social, pelo que não era de admirar que, assim que podiam, iam-se embora à procura de novo trabalho.

Mais tarde já no MEG, fazia-se um trabalho totalmente diferente, mas onde a exploração continuava, com salários diferentes entre mulheres e homens, apesar de trabalharem lado a lado, onde persistia a regra do controlo das idas aos sanitários, porque havia uma argola para se poder ir à casa de banho, e nem sempre conseguiam apanhar a tempo a argola.

Lembrou que, antes do 25 de Abril, não tinham nem direito a férias, nem a subsídio de férias ou de Natal, nem direitos de maternidade, nem salários mínimos. Defendeu que muitos dos direitos hoje existentes se devem a terem começado a ser conquistados nas lutas realizadas antes do 25 de Abril, alertando que nem hoje se pode pensar ser tal um dado definitivamente adquirido.

III - TANTO PARA O 2º PAINEL: INTERVENÇÃO DAS ENTIDADES E PERSONALIDADES CONVIDADAS, COMO PARA O 3º PAINEL: INTERVENÇÕES DO PÚBLICO, A MESA NÃO REGISTOU QUAISQUER PEDIDOS DE INSCRIÇÃO PARA INTERVENÇÕES.

IV - 4º painel: Intervenções dos Grupos Municipais

De seguida, a Sr.ª Moderadora do debate abriu um período dedicado a ouvir as forças políticas representadas na AML, esclarecendo que todos os grupos municipais se deveriam cingir aos habituais regulamentares três minutos, começando, assim, por dar a palavra à Sr.ª DM Rosa Maria Carvalho (PSD).

DM Rosa Maria Carvalho (PSD)

No uso da palavra, a deputada recordou que, apesar de terem decorrido 45 anos após o 25 de Abril de 1974, feliz dia em convivência democrática, constatava que continuavam a registar-se



6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

alguns dos problemas que haviam afectado as mulheres no anterior período do Estado Novo, motivo pelo qual considerava ser ainda tema de actualidade falar-se dos direitos das mulheres em contexto laboral, e do papel fulcral que continuam a ter na luta por melhores condições de trabalho, por verdadeiras igualdades de oportunidade, por vencimentos mais justos, bem como pelo fim da precariedade laboral.

Sustentou que as mulheres haviam sido uma força activa na resistência antifascista, desempenhando muitas vezes papéis maiores em eventos, dos quais nem sempre, infelizmente, haviam tido o reconhecimento de protagonistas nas difíceis, perigosas e essenciais lutas laborais que ocorreram antes do 25 de Abril. Para a DM, as mulheres haviam participado de forma corajosa nos eventos mais importantes, que lhes possibilitava melhores condições de trabalho no seio das empresas e na própria Administração Pública.

Por isso, seria indispensável recordar e homenagear todas as pessoas que haviam lutado e sofrido, e que muitas vezes haviam dado a própria vida para que fosse possível Portugal alcançar um Estado mais justo, livre e democrático, havendo ainda, contudo, um longo e penoso caminho para que o País constituísse um modelo, relativamente à igualdade de oportunidades e ao fim das discrepâncias ainda existentes, que muitas vezes apenas tinham como fundamento as diferenças de género.

Depois de agradecer a intervenção, a Sr.ª Moderadora concedeu a palavra ao DM José Casimiro (BE).

DM José Casimiro (BE)

O DM começou por referenciar e enaltecer o papel da mulher, na luta e resistência ao fascismo num tempo em que a sociedade portuguesa era caracterizada pela total ausência de direitos. Hoje, os tempos seriam outros, fruto dos créditos da democracia, da própria revolução do 25 de Abril de 1974 e das conquistas desde então alcançadas. Porém, se muito fora alcançado, no que ao direito das mulheres dizia respeito, muito faltaria ainda fazer, pelo que não se poderia permitir o branqueamento da história do fascismo, devendo continuar a serem invocados os direitos e o respeito pelas mulheres.

Argumentou que o fascismo fora um regime altamente segregador de direitos, patriarcal, que apenas delegara na mulher um papel caseiro, um regime predominantemente agrícola e com uma industrialização tardia, onde a participação da mulher fora limitada a determinadas profissões, como enfermeira ou hospedeira de ar, e que lhes implicara a limitação de direitos, como, entre outros, o direito a casar.

Referiu a situação das professoras, a questão do noivado, e o bom comportamento moral e civil.

Exemplificou com o facto de em 1936 o Ministério da Educação ter mesmo proibido as professoras de usarem maquilhagem e indumentária que não se adequasse à majestade da profissão.



6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

Mulheres que não tinham tido acesso a carreiras de magistratura, diplomática, militar e polícia, que não tinham podido exercer actividades comerciais sem autorização do marido, o qual poderia rescindir o casamento caso a mulher exercesse actividades lucrativas sem o seu consentimento, pois a lei do contrato individual de trabalho permitia que o marido pudesse proibir a mulher de trabalhar fora de casa.

Também o regime de Previdência e de Assistência Social haviam mantido um baixo nível de protecção social e baixas pensões, com diferenciação salarial entre mulheres e homens, sem pensão mínima no regime geral, onde a pensão média e o abono de família e aleitação atingiam valores irrisórios. Só mais tarde, com a guerra colonial, a emigração e a pobreza fora permitida a participação de mais mulheres na vida activa, no campo, no comércio e mesmo na indústria.

De acordo com dados estatísticos, nas vésperas de 1974, apenas 25% dos trabalhadores eram mulheres, 19% das quais exerciam funções fora de casa, 86% eram solteiras, 50% tinham menos de 24 anos, e ganhavam menos cerca de 40% do que os homens. Fora então que a agudização da luta de classe criara condições para a desagregação do regime, onde a mobilização popular contra a guerra colonial, a exploração, a dependência, a marginalização e o colonialismo aceleraram o agravamento das contradições e conduziram à crise do anterior regime, a que se juntaram novas formas de resistência, greves de operários e estudantes, reivindicações e lutas pela melhoria das condições de saúde, habitação, transportes e de ensino, perante a escalada de preços e de salários baixíssimos, onde as mulheres deixaram a sua marca e contribuíram para abrir espaço para uma mudança do regime.

Para concluir, relevou as conquistas democráticas e a emancipação social onde o papel da mulher na sociedade desempenhou uma centralidade que conduziu a importantes conquistas, tema que constará da 2ª sessão deste debate.

De seguida a Sr.ª Moderadora concedeu a palavra à DM Natalina Moura (PS).

DM Natalina Moura (PS)

A DM começou por considerar louvável a iniciativa do debate, por permitir preservar a memória de uma geração de mulheres, em que cada gesto pelos direitos da cidadania, por entre as malhas de um sistema opressor, ter sido um exemplo de luta do muito que era preciso mudar e conquistar, o que permitiu o privilégio de trazer à colação vivências de algumas mulheres, cujas vidas se enquadravam na resistência antifascista e o seu papel nas lutas laborais antes do 25 de Abril.

Recordou o Portugal amordaçado que as mulheres suportaram, sempre com uma maior carga do que ao tratamento da desigualdade de tratamento lhes dizia respeito, pois o antigo regime impunha que as mulheres estivessem limitadas às tarefas domésticas, numa total subjugação ao chefe de família, que geria os bens do casal, da mulher e dos filhos menores, marido esse que podia rescindir o contrato de trabalho da esposa, não lhe autorizar uma viagem ao estrangeiro ou a realização de transacções comerciais.



6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

Lembrou o facto de apesar de a Constituição de 1933 ter fixado a escolaridade obrigatória nos três anos, o Estado não a ter garantido, e de aquela apenas ter passado a ser de quatro anos em 1956, mas apenas para as crianças do sexo masculino e adultos, onde as crianças do sexo feminino só seriam abrangidas em 1960.

Para a DM, naquele tempo, o que se desafiava era a própria ideia da mulher profissional, não faltando restrições legais, sendo restringidos às mulheres trabalhos subterrâneos nas minas, tão pouco a carreira de magistratura ou na diplomacia, só podendo ser enfermeiras, telefonistas, hospedeiras ou funcionárias do Ministério dos Negócios Estrangeiros, caso fossem solteiras ou viúvas.

A Guerra Colonial viria permitir a um pequeno núcleo de universitárias, ou de mulheres com escolaridade secundária, oportunidades de emprego compatíveis, admitindo que as mulheres pudessem dar um salto importantíssimo com a entrada no sector produtivo, em substituição dos homens que estavam nas frentes de combate, e onde sair de casa para um trabalho, no exterior, se tornou muito importante em termos da consciencialização para os problemas sociais e para a sua socialização.

Sustentou que as mulheres que tinham trabalho passaram a ter um espaço para reflectir e equacionar formas de assumirem os mesmos direitos e começarem a reclamar direitos iguais nos locais de trabalho onde eram discriminadas com base em preconceitos, maltratadas, vilipendiadas por não se limitarem a cumprir os ditames de uma sociedade à época fechada ao progresso.

Lembrou que até 1974 apenas 19% das mulheres trabalhava fora de casa, sendo a sua remuneração de meros 40% face ao dos homens.

Após reproduzir uma citação de Nelson Mandela - “A educação é a arma mais poderosa que se pode usar para mudar o mundo” - a DM assumiu que, ela mesma, sem livros, não seria gente e não participaria em debates, com capacidade para continuar a defesa dos valores que vem defendendo ao longo da vida, lembrando, designadamente, o direito ao voto que lhe havia sido fundamental porque dispunha de um curso superior, ao contrário de muitas outras mulheres, o que considerou ser a pior das discriminações.

De seguida a Sr.ª Moderadora concedeu a palavra à DM Cláudia Madeira (PEV).

DM Cláudia Madeira (PEV)

A DM começou por referir que Portugal vivera quase meio século numa ditadura fascista, em que os direitos eram diminutos para a maioria da população e inexistentes para as mulheres, as quais eram tratadas como um ser inferior ao homem, que existiam para ser a mãe extremosa e a esposa dedicada, uma verdadeira fada do lar, sendo treinada desde pequenina para ser submissa ao poder patriarcal. Esta discriminação estava até inscrita na Constituição de 1933, só tendo sido erradicada após o 25 de Abril.



6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

Argumentou que as mulheres estavam destinadas a viver na escuridão, no silêncio e na humilhação, que não as deixavam trabalhar fora de casa e ter independência financeira, mas que, nunca tendo aceite estas injustiças, se ergueram e lutaram lado a lado com os homens pelos seus direitos.

Com efeito, durante os quarenta e oito anos de fascismo foram muitas as que não desistiram de ter esperança e de lutar, foram muitas as que ficaram privadas de uma vida dita normal, porque terem escolhido estar do lado certo e se dedicarem de corpo e alma a uma causa justa e necessária: o fim do fascismo e o início de uma nova era. Se homens e mulheres foram perseguidos, torturados, presos e viveram na clandestinidade, também não se vergaram para que a revolução se tenha concretizado. Se o papel das mulheres foi fundamental na resistência antifascista, na luta por melhores condições de vida, e pelos direitos laborais, foi porque elas não aceitaram ser impedidas pelos maridos de trabalhar fora de casa ou ganhar quase metade do que os homens ganhavam, nem serem proibidas de apenas terem determinadas profissões.

Tendo este objectivo em vista, as mulheres participaram activamente na resistência ao fascismo, lutando nos campos e nas fábricas por melhores condições de trabalho e por aumentos de salários, encabeçando acções reivindicativas pelos seus direitos fundamentais.

Por isso, a sua luta e determinação constituem um legado, tendo resultado nas conquistas e na dignificação das trabalhadoras. Tendo sido protagonistas da História, contribuíram para a transformação que Portugal viveu, facto que a DM considerou ser da maior justiça não ser esquecido, para que o património de lutas que nos deixaram possa ser devidamente respeitado e cumprido, porque a sua intervenção foi fundamental, não apenas para a emancipação da mulher, como para derrubar a ditadura.

Se o 25 de Abril de 1974 trouxe novos direitos às mulheres, terá também aberto portas para a conquista de um lugar digno na sociedade, em igualdade de direitos com o homem, e não numa mera posição subalterna. A DM repetiu que foi com o 25 de Abril, também construído com o papel decisivo das mulheres, que se lhes veio permitir uma vida melhor e o direito de continuarem a lutar, mas agora em situação de igualdade. Numa igualdade que, reforçou, teria de continuar a ser aprofundada, porque, apesar da Constituição da República Portuguesa de 1976 ter vindo consagrar a igualdade entre mulheres e homens, em todos os domínios da vida, e apesar das transformações profundas levadas a cabo em democracia, existirá ainda um caminho a percorrer, sem recuos, e que esse trajecto não poderia ser alcançado sem a participação das mulheres, na prossecução da necessidade de se continuar a reivindicar o fim da discriminação no trabalho, na família e na sociedade em geral, até que esta venha a ser uma realidade.

De seguida a Sr.ª Moderadora concedeu a palavra à DM Graciela Simões (PCP), que no uso da palavra produziu a seguinte intervenção.

DM Graciela Simões (PCP)

A DM começou por recordar que em 2019 se comemorava o quadragésimo quinto aniversário do 25 de Abril, havendo, por isso, inúmeros motivos para valorizar o significado da 'Revolução dos



6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

Cravos', em termos como direitos, democracia ou liberdade. Data que marcou uma mudança e permitiu trazer uma nova esperança para um povo que durante quase cinquenta anos sofreu o obscurantismo e a repressão.

Se hoje era ainda difícil calcular os impactos directos daquele acontecimento histórico, foram, no entanto, demais as evidências e os factos que separaram aqueles dois momentos, pois as condições de vida das mulheres portuguesas alteraram-se radicalmente com a Revolução de Abril. Apontou que as discriminações, as desigualdades, os preconceitos, os estereótipos relativos ao papel da mulher na sociedade foram uma prática constante nas políticas fascizantes antes do 25 de Abril, onde o direito à igualdade das mulheres no trabalho, na família, na participação social, política, cultural e desportiva era impensável e onde apenas 19% das mulheres trabalhavam fora de casa, sendo o seu ordenado inferior a 40% do auferido pelos homens.

Acusou o facto de, no período da ditadura, para a mulher trabalhar fora de casa se exigir a autorização do marido, e onde, para exercer profissões como professora, enfermeira ou hospedeira de bordo, estava condicionado o direito ao casamento, pois havia carreiras que estavam totalmente vedadas ao sexo feminino, sendo o modelo único de família, imposto pelo regime fascista, aquele que resultava de um contrato de casamento.

Denunciou que face ao Código Civil em vigor na época, as mulheres podiam ser repudiadas em determinadas circunstâncias, pois o chefe era o marido, o pai, ou um parente qualquer, desde que sempre fosse do sexo masculino. Em determinadas condições, o marido podia, inclusive, matar a mulher, apenas sofrendo um pequeno desterro de alguns meses, onde o casamento católico era indissociável e era comum existirem filhos legítimos e ilegítimos.

Por tudo isto, sustentou que a realidade vivida antes do 25 de Abril se baseava num futuro planeado apenas pelo homem, em que tomar contraceptivos era proibido pelo homem, se ele assim o entendesse, e que tal poderia levar a um pedido de divórcio. O aborto era mesmo punido com penas que podiam ir de oito a doze anos de prisão, pelo que o aborto clandestino se transformou numa matéria de tal modo grave em Portugal, que se constituiu como a terceira causa de morte materna.

Daí que o papel da mulher na resistência antifascista e na luta pelos seus direitos tivesse sido determinante na construção de um Portugal novo, mais justo e democrático, que conquistaria a liberdade através de uma revolução, em que a Constituição da República Portuguesa de 1976 viria a responsabilizar o Estado pela eliminação das discriminações e a consagrar os direitos na igualdade entre mulheres e homens em todos os domínios da vida.

Explicitou que, apesar da directriz lançada por Salazar - "a mulher para o lar", inserida na filosofia 'Deus, Pátria e Família' -, as mulheres portuguesas não se conformaram, recusando-se a baixar os braços, tendo participado activamente na resistência ao fascismo, lutando nos campos, nas cidades, nas fábricas, nos serviços públicos, nas artes, na cultura e mesmo na investigação.

Neste contexto, referiu dois nomes dos muitos que poderia citar:



6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

Maria Alda Nogueira, filha de pais operários que terminou a licenciatura em Ciências Físico-Químicas entre 1945/1946, e exerceu a docência e a investigação naquela área, como uma grande figura na área da cultura e na resistência antifascista. A outra referência foi para Sophia de Mello Breyner Andersen, que também descreveu o sentimento vivido por muitas mulheres na 'Revolução de Abril', e que passou a citar:

“Esta é a madrugada que eu esperava
O dia inicial inteiro e limpo
Onde emergimos da noite e do silêncio
E livres habitamos a substância do tempo”.

Concluiu alertando para o facto de a igualdade das mulheres ainda não ter sido completamente conseguida, tanto na Lei, como na vida, pelo que apelou para que a luta pela igualdade das mulheres continue na ordem do dia.

Terminada esta ronda de inscrições, e por não se registarem mais inscrições, antes de encerrar o debate, a Sr.ª Moderadora passou a palavra às oradoras presentes na Mesa, a fim de procederem a uma observação final.

V - COMENTÁRIOS FINAIS DAS ORADORAS CONVIDADAS

Para proceder a algumas respostas, tomou a palavra Manuela Tavares.

Manuela Tavares

Referiu o papel de Maria Lamas, que considerou uma mulher extraordinária, apesar de nunca ter afirmado ser feminista, como a Elina Guimarães o dizia, mas que era assumidamente uma feminista tácita, como também afirmava na altura a Elina Guimarães, tendo tido um papel importante na valorização das mulheres portuguesas. Classificou a obra de Maria Lamas, intitulada 'As mulheres do meu País', como uma referência, e a primeira grande reportagem que se fizera sobre Portugal e as mulheres, em várias regiões, das mais às menos recônditas, por ela ter assumido um percurso particular, pelo desafio que fizera ao Governador Civil de Lisboa, quando este mandou encerrar o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, sustentando que já existiam organizações femininas no Estado Novo que cuidavam das mulheres, como a 'Obra das Mães' e a Mocidade Portuguesa Feminina, tendo ela logo contraposto que “então está bem, eu vou mostrar como é que é a vida das mulheres deste País”.

Destacou que fora uma mulher que andara de carroça, a pé, de autocarro, e das mais diversas maneiras para chegar às aldeias no Minho, a Trás-os-Montes, às Beiras, ao Alentejo, ao Algarve, e até à Madeira e aos Açores, que esteve desempregada do jornal 'O Século', e lançara aquele livro em formato de brochura, reunido entre 1949 a 1950, para que depois fosse editada aquela que considerou ser uma obra-prima, sobre as mulheres do Minho, do Alentejo, e das restantes diversas regiões do País.

Para a oradora, aquela monografia havia constituído uma reportagem pioneira sobre a vida das mulheres, porque a autora falou directamente com elas, tirou-lhes fotografias, relatando no livro



6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

esses diálogos, embora num ensaio, obviamente, datado pelo contexto daquela época dos anos cinquenta. Lembrou, para concluir, um projecto de Sofia Branco, que fora outro exemplo de mulher de referência para todas as mulheres portuguesas, independentemente dos seus ideais partidários ou de opções ideológicas.

Para um comentário final, a Sr.ª Moderadora cedeu de novo a palavra a Marília Villaverde Cabral.

Marília Villaverde Cabral

A convidada relevou a importância do debate para a União de Resistentes Antifascistas Portugueses, tendo registado os apelos para que a memória do tema não fosse esquecida, e tendo-se comprometido a continuar a trabalhar no levantamento de nomes, procurando mulheres e suas histórias, com relatos de sofrimentos, de humilhações, de prisões, para que essas estruturas não fossem esquecidas e pudessem prestar às novas gerações uma panorâmica do que constituiu toda aquela resistência, ajudando-os a compreenderem a luta que ainda será necessária realizar, no presente e no futuro.

Finalmente, a Sr.ª Moderadora concedeu a palavra à convidada Rosa Saúde.

Rosa Saúde

A oradora expressou a necessidade de prestar um esclarecimento que anteriormente havia omitido. Recordou que, estando já reformada, participava no debate ainda como dirigente sindical, após ter sido dirigente sindical do sector da metalurgia durante muitos anos, e que a maior participação nas lutas com as mulheres a que assistiu foi após o 25 de Abril, as quais representaram lutas por melhores salários à porta das empresas, com concentrações à porta dos tribunais e manifestações de rua. Perante essas acções, e pela sua sensibilidade específica, recordou que as mulheres choravam, riam, cantavam juntas, e festejavam quando realmente conseguiam uma vitória significativa, tendo sido inúmeros esses sucessos, tendo antes como depois do 25 de Abril.

VI - Encerramento da 1ª sessão do debate temático

A Sr.ª Moderadora do debate agradeceu aos intervenientes os seus contributos. Mais informou que a 2ª sessão teria lugar no dia 4 de Julho, sob o lema: “45 anos de luta das mulheres por direitos iguais no mundo do trabalho”.

Para concluir os trabalhos, deixou ainda algumas notas finais. Por um lado, que o trabalho das mulheres sempre constituiu uma fonte de riqueza, sendo fundamental para o progresso do País, desde que fosse feito o devido aproveitamento das potencialidades e contributo das mulheres para o seu devido desenvolvimento. Pelo que, durante o debate, acabara-se, e não involuntariamente, por homenagear muitas mulheres que nos tempos do fascismo haviam lutado pela liberdade, pela democracia, pelo direito ao trabalho e por um trabalho com direitos. Pelo que, se a liberdade e a democracia estavam agora em pleno exercício desde o 25 de Abril, o direito ao trabalho continuava a exigir muita luta por parte de todos por parte de todos os intervenientes.



6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

A sessão terminou cerca das dezanove horas e trinta minutos.

2ª SESSÃO - ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA, DIA 04 DE JULHO DE 2019

“45 ANOS DE LUTA DAS MULHERES POR DIREITOS IGUAIS NO MUNDO DO TRABALHO”

Relatório elaborado por DM Aline Beuvink e DM Fernando Correia

No dia quatro de Julho de dois mil e dezanove, pelas 17h30, reuniu em sessão extraordinária na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa (AML), para a realização da 2ª sessão do Debate Temático subordinado ao tema “45 ANOS DEPOIS DO 25 DE ABRIL, OS DIREITOS DAS MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO”, na sequência da aprovação da Proposta nº 004/PCP/2019 pela assembleia municipal em 28 de Fevereiro de 2019. A 2ª sessão do debate foi moderada pelo Presidente da 6ª Comissão, DM Davide Amado (PS), tendo sido nomeados como relatores a DM Aline Beuvink (PPM) e o DM Fernando Correia (PCP).

I - BREVE DESCRIÇÃO DA SESSÃO E APRESENTAÇÃO INICIAL DOS PAINÉIS PELA MESA

A 2ª sessão do debate foi moderada pelo Presidente da 6ª Comissão, DM Davide Amado (PS), tendo sido nomeados como relatores a DM Aline Beuvink (PPM) e o DM Fernando Correia (PCP).

Os trabalhos foram organizados de acordo com a seguinte estrutura:

- 1º Painel, com intervenção das oradoras convidadas Fátima Messias Membro da Comissão Executiva da CGTP Intersindical; Fátima Amaral, Membro da Direcção Nacional do MDM; Cristina Silva Ferreira do “Women in Business”; Heloísa Perista, Doutorada em Sociologia e Investigadora Sénior, no CESIS, e Patrícia Domingos do “Spring Up Europe”;
- 2º Painel, com comunicações de entidades e personalidades convidadas;
- 3º Painel, com participação do público;
- 4º Painel, com intervenções das forças políticas representadas na AML.

O Moderador, o Deputado Municipal Davide Amado (PS), deu início ao debate temático, proposta do Partido Comunista Português, fazendo a apresentação da composição da mesa: **Fátima Messias** Membro da Comissão Executiva da CGTP Intersindical; **Fátima Amaral**, Membro da Direcção Nacional do MDM; **Cristina Silva Ferreira** do “Women in Business”; **Heloísa Perista**, Doutorada em Sociologia e Investigadora Sénior, no CESIS, e **Patrícia Domingos** do “Spring Up Europe”.

Após a apresentação da mesa, o Deputado Municipal Davide Amado deu conhecimento que cada Oradora teria dez minutos para a sua intervenção, e que quer as entidades, quer o público presente poderiam inscrever-se, para poderem fazer uma intervenção. Mais, informou que, as entidades teriam cinco minutos e três minutos para o público. Após esse período de intervenção seria dado novamente a palavra às Oradoras Convidadas para poderem dar resposta às questões levantadas, e no final cada Grupo Municipal teria três minutos para fazer a sua intervenção.



II - 1º PAINEL: INTERVENÇÕES DAS ORADORAS CONVIDADAS

O Sr.º Moderador começou por dar a palavra à primeira convidada presente na Mesa, Fátima Messias, Membro da Comissão Executiva da CGTP.

Fátima Messias

Começou por salientar o papel da Revolução de Abril, que permitiu abrir as portas a homens e mulheres para o acesso sem discriminações ao emprego e ao trabalho com direitos, assim como o direito à negociação e à contratação colectiva, que são instrumentos essenciais para defender, e também para salvaguardar garantias de direitos de igualdade, e de não discriminação. Foi com o avanço na Lei, na contratação, que se avançou no emprego com direitos, na vida e no desenvolvimento do próprio país.

Quarenta e cinco anos depois, para a CGTP, os avanços que foram conseguidos e consagrados, quer na Constituição, quer na legislação, quer na contratação colectiva, foram conquistas e garantias fundamentais, impulsionadas pela dinâmica, pelas lutas, pela participação de mulheres e de homens, em prol da igualdade, mas também impulsionada é certo pela Legislação da Europa Comunitária e Internacional, por Convenções da Organização Internacional do Trabalho que evoluíram sempre, quase sempre, e na maioria das vezes, no sentido positivo, no sentido do progresso.

Apesar dos avanços conseguidos, Fátima Messias referiu que conseguiu-se a igualdade consagrada na Legislação, mas não a igualdade consagrada no trabalho e na vida, deixando alguns exemplos sobre matérias em que ainda não está conquistada, e consagrada e efectivada a igualdade entre mulheres e homens:

- O desemprego - verifica-se que são as mulheres, a maioria dos desempregados, e são também as mulheres, muitas vezes, a maioria dos desempregados de longa duração, aquelas a quem será mais difícil encontrar uma alternativa profissional;
- A precariedade - afecta jovens e menos jovens verifica-se que até aos vinte e cinco anos, a maioria das trabalhadoras com vínculo precário, são mulheres, mais de 66%, são mulheres, jovens raparigas até aos vinte e cinco anos. Falou sobre a dificuldade de fazer projectos de vida, de família, de projectos de futuro, quando se tem um vínculo precário;
- Os salários - referiu que, apesar do salário mínimo nacional ter tido uma evolução positiva, a maioria de quem tem direito a salário mínimo são mulheres, o que significa salários baixos, significa menos descontos, significa também menos pensões de reforma mais tarde e que as mulheres no nosso país, tal como noutros países continuam a ganhar menos que os homens. Informou que recentemente, um barómetro que foi divulgado demonstra quanto maior é a dimensão da empresa, maior é também a discriminação, e a desigualdade salarial, e também demonstra quanto maiores são as qualificações académicas das mulheres, que são a maioria dos licenciados também aumenta e alarga a discriminação;



6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

- Os horários de trabalho - as mulheres são abrangidas também por horários de trabalho longos e desregulamentados, que põe em causa a conciliação, conciliação que está na ordem do dia. Alertou para o facto de se não tratarmos dos horários de trabalho, do tempo de descanso e do tempo de trabalho para participar, como por exemplo em Assembleias Municipais, para participar na vida cívica no sítio onde moramos e vivemos é toda a sociedade que também é penalizada pela não participação de mulheres e de homens. Referiu que novecentas e quinze mil mulheres trabalham ao sábado, cada vez mais mulheres trabalham por turnos, aos feriados, e aos fins-de-semana, prejudicando o tempo para a família, para os amigos, para o lazer;
 - As doenças profissionais - a maioria dos trabalhadores que têm a doença profissional certificada são mulheres, também aqui lesões músculo-esqueléticas é o tipo de doença que predomina;
 - O Assédio no trabalho - a maioria das vítimas são mulheres;
- Relembrou o caso da trabalhadora corticeira que lutou no tribunal e na rua contra uma situação de violência, e assédio no trabalho;
- A Maternidade e paternidade - referiu que saiu recentemente um relatório da OIT (Organização Internacional do Trabalho) que comprova que a forma como a maternidade ainda é encarada nas empresas, como uma ausência que é penalizada para efeitos de prémios e outros subsídios, demonstra que a maternidade continua a ser um factor decisivo, no aspecto negativo, na carreira e na evolução da carreira das mulheres, em que são penalizadas, nomeadamente no direito à amamentação ou aleitação.

Fátima Messias refere que as discriminações são indirectas, são invisíveis. As mulheres são colocadas em profissões mais mal pagas, que têm menos valor o seu trabalho, têm menos valor no pagamento, mas a consideração do valor do seu trabalho é igual, é aí que se esconde a discriminação, não é directa é indirecta e ela pode e deve ser tratada através dos instrumentos de regulamentação colectiva, é por isso que o combate à discriminação no trabalho começa dentro do local de trabalho, e sempre que é necessário trazemo-la para a rua, para mostrar à sociedade como é importante estarmos solidários e unidos nesta luta. É por isso que hoje a Legislação do Trabalho é essencial para ajudar a ser um instrumento de consagração da igualdade na vida, e no local de trabalho.

Em seu entender, se o 25 de Abril trouxe avanços e consagrações de direitos na legislação, poderemos dizer que quarenta e cinco anos depois se a Legislação do Trabalho não acautelar as formas que foram encontradas, a nível das empresas, quer no sector privado, quer instituições do sector público, para pôr em causa efectivamente os exercícios dos direitos de igualdade, se a Legislação do Trabalho não for alterada para conseguir fazer prevalecer o direito de negociação, e contratação colectiva, também aqui uma parte das organizações que defendem, e lutam pela igualdade, como os sindicatos, para além de outras organizações sociais e cívicas, terão a sua vida e terão o seu papel muito mais dificultado porque é pela negociação da contratação colectiva que se pode dar a volta a isto.

Em conclusão, Fátima Messias constata que tendo em conta quarenta e cinco anos depois do 25 de Abril, que a Constituição consagra, mas na vida não estão efectivados os direitos de igualdade, então o debate **“45 anos de luta das mulheres por direitos iguais no mundo do trabalho”**, por



6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

todas essas razões, para além de outras que se ouvirão neste debate, reforça a participação numa batalha e numa luta para conseguir que, de facto, a igualdade se transforme em realidade.

Fátima Messias termina a sua intervenção com uma frase que, segundo a própria, não pretende ser de forma nenhuma pessimista em relação ao futuro, mas de preocupação em relação ao presente, porque é aqui, conforme refere, que ele se constrói:

- *“Os tempos modernos não começam de uma vez por todas*
- *O meu avô já vivia numa época nova*
- *O meu neto talvez viva numa antiga”*.

Acrescentando:

“E nós não queremos que os nossos filhos, e os nossos netos e netas, vivam em épocas antigas, queremos que a vida ande para a frente, mas a igualdade entre mulheres e homens precisa do contributo de todos, que este debate aqui dará, com certeza, também um passo nesse sentido”.

Depois de agradecer a intervenção, o Sr. Moderador do debate cedeu a palavra à oradora seguinte, Fátima Amaral, Membro da Direcção Nacional do MDM.

Fátima Amaral

Iniciou a sua intervenção fazendo um enquadramento das conquistas das mulheres no Século XX, século de grandes conquistas dos direitos das mulheres, nomeadamente o acesso à educação, à entrada no mercado de trabalho, e à investigação científica. Realçou os passos gigantescos, e o reconhecimento do papel da mulher na construção das sociedades.

Apesar disso, alertou para o facto que, em Portugal, antes de 1974, as mulheres ganhavam menos 40% que os homens, representavam apenas 25% dos trabalhadores, maioritariamente solteiras e menores de vinte e quatro anos, e apenas trabalhavam fora de casa 18%, sendo que várias profissões e carreiras lhes eram vedadas.

Falou sobre o 25 de Abril, referindo que a Revolução foi a mais conseguida para as mulheres, na amplitude dos direitos e interesses específicos e gerais. As mulheres tornaram-se protagonistas da sua própria história, não calando mais a indignação de serem afastadas da vida social, e política e a sua subalternização no trabalho.

Salientou o papel do MDM, que sempre defendeu que o trabalho das mulheres é uma fonte de riqueza para o país, sendo uma questão absolutamente fundamental para a sua emancipação.

Referiu a Constituição da República Portuguesa de 1976, que estabeleceu a igualdade entre homens e mulheres no trabalho, na família e na sociedade, estabelecendo ainda o princípio do salário igual para trabalho igual, e a incumbência do Estado na garantia da igualdade de oportunidades, na escolha da profissão e na progressão da carreira, reconhecendo também a maternidade como valor social iminente.



6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

Apesar do MDM reconhecer que a situação de largos sectores de mulheres melhorou nestes últimos três anos, embora longe de ser reposto tudo o que se perdeu, e sobretudo longe de terem sido eliminados os diversos obstáculos que condicionam e impedem a eliminação das desigualdades e de discriminações, que residem em factores económicos, sociais, políticos e culturais, refere que são múltiplos e frequentes os atropelos aos direitos consagrados na Constituição da República na lei e na vida:

- as entidades patronais pagam salários mais baixos às mulheres nas profissões e actividades mais feminizadas noutros casos os salários praticados são em média mais baixos, sobretudo por via de discriminações indirectas, designadamente na progressão na carreira, e no acesso aos lugares no topo da hierarquia sendo usados como um elemento de pressão para manter baixo salário de todos os trabalhadores, e aumentar a exploração. Mesmo com maiores habilitações, qualificações e participação em grupos profissionais que requerem competências mais elevadas, as mulheres continuam a ter salários inferiores aos dos homens;
- a precariedade e a instabilidade no trabalho, os baixos salários e a discriminação salarial, a desregularização dos horários, as dificuldades criadas ao exercício dos direitos das mães, e as várias violências que são exercidas sobre as mulheres, são verdadeiros abusos de poder e novas formas de subalternização.

Alertou para o facto que, apesar dos avanços legislativos das últimas décadas, em matéria de direitos de maternidade e também de paternidade, o seu exercício é cada vez mais posto em causa em função do lucro no caso das empresas privadas, ou das necessidades dos serviços, como é o caso da Administração Pública, penalizando as mulheres trabalhadoras na contratação, na progressão profissional, na atribuição de prémios, na avaliação em função da assiduidade.

Mencionou que a conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal é uma miragem. A situação da mulher na família no seu papel enquanto profissional e mãe é largamente influenciada e condicionada por diversos factores, o modo como cada casal partilha a maternidade, e paternidade, e o acompanhamento dos filhos e as condições socioeconómicas que permitam exercer livremente essa partilha, mas igualmente pela pressão que é exercida no plano profissional para que ela exerça o seu papel de mãe e trabalhadora sem conflitar com as exigências profissionais impostas.

Na prática, as trabalhadoras debatem-se com um paradoxo, ser mãe e trabalhadora, nenhuma mulher deveria ter que optar entre uma vida profissional, uma família e tempo para si.

Referiu que a ausência de uma rede de equipamentos para a primeira infância, e de apoio a outros dependentes de qualidade e a custos acessíveis tem também um impacto negativo na vida das famílias, sobretudo das mulheres trabalhadoras.

Fátima Amaral afirmou que em Portugal, além da Lei, é essencial consagrar e concretizar medidas de protecção específicas da maternidade e da paternidade, há que equiparar o dia-a-dia das mulheres com a Lei.



6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

Saudou as recentes alterações aprovadas na Assembleia da República, no sentido do reforço de direitos das grávidas que trabalhem em actividades que comportem riscos específicos, passaram a ter a baixa paga a cem por cento, a uniformização de direitos para todos os pais e mães, quer que se trate de parentalidade biológica ou adoptiva, e os pais terem a obrigatoriamente vinte dias de licença parental.

Alertou para o facto das soluções apontadas pelo Governo e pelas instâncias europeias não estarem a alterar estruturalmente o que determina os problemas mais sentidos, para a grande maioria das mulheres trabalhadoras., dando como exemplo, o “Programa 3 em Linha” para a conciliação da vida profissional, pessoal e familiar, ou as medidas de promoção da igualdade remuneratória em que as causas dos problemas continuam a ser iludidas quando mantem ou diminuem os mecanismos de protecção das trabalhadoras, bem como o facto, das empresas poderem continuar a desrespeitar a legislação em vigor por falta de fiscalização eficaz.

Para o MDM o direito ao trabalho, o trabalho com direitos, a valorização dos salários, e ao direito de ser trabalhadora, mãe, cidadã sem desigualdades nem discriminações é condição de emancipação das mulheres, e por isso, defende maior investimento público, em serviços públicos de qualidade, e criação de emprego, tendo em atenção o desenvolvimento equilibrado de todo o território nacional, e o aproveitamento das capacidades e potencialidades das mulheres.

Reafirmou que o MDM sempre lutou, e vai continuar a intervir para que se concretizem políticas que contribuam para a independência económica das mulheres, de valorização do trabalho e de protecção à maternidade, tais como o desenvolvimento de campanhas de promoção dos valores da igualdade entre mulheres e homens, na família, no trabalho, na escola e na sociedade, passando pela melhoria da situação das trabalhadoras no respeitante ao aumento geral dos salários, da erradicação da discriminação salarial e da precariedade, do direito à formação e ao aperfeiçoamento das competências, bem como a aprendizagem ao longo da vida e à protecção social.

Reforça a ideia da redução do horário de trabalho sem perda salarial, estabilidade nos dias de descanso, com descanso ao domingo, a fim de potenciar a conciliação familiar e profissional, e o tempo de qualidade para si.

Da atribuição de subsídio desemprego equivalente a 100% da remuneração de referência, medidas de protecção efectiva às mulheres e homens trabalhadores, com reforço da rede pública de equipamentos sociais, de apoio à família, infância, à deficiência e aos idosos. O pagamento a 100% da remuneração de referência do gozo da licença de maternidade e paternidade, até aos cento e oitenta dias, partilhada ou em simultâneo por opção do casal, salvaguardando o reforço do período obrigatório da mãe.

De um efectivo reconhecimento da responsabilidade partilhada dos homens e das mulheres, na educação e no desenvolvimento dos filhos, sublinhando que quer as mães, quer os pais devem ter o direito a usufruir de licença de paternidade e maternidade, sem que sobre eles seja exercida qualquer discriminação por parte da entidade empregadora.



6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

Fátima Amaral Membro da Direcção Nacional do MDM termina a sua intervenção realçando a luta das mulheres, que irão continuar a fazer ouvir a sua voz, pelas suas justas aspirações de igualdade na lei e na vida, afirmando:

“A efectivação dos direitos das mulheres para o MDM é indissociável da valorização do trabalho e dos salários, do emprego estável e do tempo de trabalho e de descanso”.

De seguida o Sr.º Moderador concedeu a palavra a **Cristina Silva Ferreira da “Women in Business”**.

Cristina Silva Ferreira

Iniciou a intervenção com uma apresentação sua, referindo que em termos de intervenção activa e objectiva tem contribuído para este tema de há dois anos para cá, dentro da sua carreira na Administração Pública Local, e que já passou pelo Urbanismo, pelo Ambiente e pela Economia e Inovação.

Afirmou que trazia um conjunto de perguntas, sobretudo, e de reptos, e de resultados da reflexão que têm feito no âmbito desta iniciativa que é o “Women in Business”.

Agradeceu o convite por estar presente neste debate, porque tendo trabalhado, sobretudo no sentido de introduzir uma perspectiva em que os territórios, as organizações podem ser protagonistas da mudança, para além da transformação e da capacitação do empoderamento das próprias mulheres que tem sido fundamental na evolução que tem ocorrido.

Disse que iria falar no direito, no sentido estrito como é evidente, visto ser Geógrafa do Desenvolvimento do Território, portanto, o seu contributo seria nessa perspectiva, do desenvolvimento dos territórios para que as pessoas vivam melhor, e pensar, debater, e imaginar ou idealizar soluções que possam ser introduzidas para ter efeito transformador naquilo que é a vida do dia-a-dia das pessoas e dos territórios.

Afirmou que os direitos devem acompanhar na verdade a cultura social, que só evolui na transformação das mentalidades.

Nesse sentido, optou por trazer uma fotografia (que lhe era muito cara, por se tratar da sua avó), e que mostra o Século XX nos anos vinte, trinta, referindo-se à “Alice Médica”, que nasceu em 1898.

Afirmou ser uma das primeiras médicas em Portugal, comentando o facto de imaginar a dureza e a dificuldade de exercer uma profissão desta natureza, progressista nesta época, no Século XX, Século XX esse, que ainda estava tão próximo.

Questionou sobre quem é que influenciava esta evolução, e a transformação das mentalidades para se chegar onde queremos.



6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

As mulheres recebem menos do que os homens, mas porque não são as funções das mulheres tão bem remuneradas, ou melhor remuneradas do que as dos homens?

Afirma que temos procurado trazer as mulheres para os “stemmes”, ou para as engenharias, ou para a tecnologia, e reproduzir os modelos masculinos. E foi desta forma que as mulheres, de facto, conquistaram alguns direitos de oportunidade, para poderem decidir, para poderem intervir, para poderem também influenciar a decisão da construção dos territórios em que vivem.

Neste contexto surge nova pergunta de Cristina Silva Ferreira: no Século XXI, será que é isto que se continua a querer? Porque passaram quarenta e cinco anos, houve uma grande evolução mas é muito tempo, e cabe a todos o desafio de pensar quando é que podemos, pensando, “out of the box”, “fora da caixa”, ou de outras formas, pensando como é que as empresas também aceleram, e vão mais depressa, à procura dos seus resultados.

Também neste domínio, Cristina Ferreira afirma que se pode trabalhar com essas ferramentas, com as ferramentas encontrar medidas para induzir a transformação que são aquelas que já têm sido implementadas, e foram aqui faladas anteriormente, e também a consciencialização e a sensibilização, porque sabe-se que primeiro para resolver um problema é necessário identifica-lo, assumi-lo, e ter consciência dele para mudar, e utilizar a consciencialização e a sensibilização como instrumentos.

A oradora convidada levanta algumas questões:

- Porque é que vale menos produzir um ser humano do que uma máquina? - questão da maternidade;
- Porque é que as mulheres têm que escolher entre a carreira e os filhos?
- Onde é que eu quero chegar? O que é que queremos?

Respondendo que julga estar numa fase de transformação da sociedade à escala global muito grande, e que não podemos arredar esta questão do género das outras, das alterações climáticas, da digitalização, da economia, da reorganização das empresas, porque este tema também vem a reboque dessas alterações que estão a acontecer, cabendo-nos a nós tentar compreendê-las, perceber o que é que se quer, que modelo de organização dos territórios, a forma como queremos viver e que pretendemos ter, que não é tão fácil de encontrar como por vezes parece.

Neste ponto, Cristina Ferreira apresenta uma imagem para contrastar com a anterior, que é de uma médica dos dias de hoje, Fátima Garcês, afirmando que:

“de facto, é a médica dos dias de hoje, e se pensarmos bem, isto houve uma grande alteração, e houve sem dúvida, isto era impensável no contexto daquela fotografia que mostrei há pouco, nos anos vinte ou trinta do século passado, mas de toda a maneira naquilo que é chamado geralmente o “silingue” continuamos a ver uma presença muito desequilibrada dos géneros, isto ao fim de quarenta e cinco anos, de facto, para mim, pelo menos que tenho cinquenta e dois anos, e portanto quarenta e cinco é muito tempo, é quase que incompreensível, ou seja está nas nossas mãos, fazer a diferença, construir os territórios, mas para isso se calhar, as mulheres também têm



6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

que estar presentes nas decisões para que a sua sensibilidade e as suas realidades sejam tidas em consideração, e as soluções possam ser encontradas”.

Refere que de repente estamos a uma velocidade estonteante, em que tudo muda, e ainda no outro dia ouviu dizer que a inteligência artificial está a assumir os preconceitos, e o modelo social existente, e vai reproduzi-lo, pode vir a reproduzi-lo no futuro.

Seguem mais algumas perguntas:

- Como é que queremos evoluir?
- Quem é que influencia esta evolução?
- Tem que ser quem se mexe, portanto, tem que haver aqui uma intervenção activa, e uma consciencialização como ferramenta para que isto não venha a acontecer;
- Que territórios é que queremos para o futuro?
- Estamos a regredir em algumas situações?
- Estamos a introduzir nesta inteligência artificial os mesmos padrões de desigualdades de direitos e valores?

Menciona que é importante não separar o debate do género, do futuro que se quer construir, e daí a proposta da “Women in Business” de equacionar o problema a partir de uma visão transversal e de território, criar contextos que sejam promotores e facilitadores para que mais mulheres sejam convidadas a ocupar lugares de topo e de decisão.

Afirma que a “WinB” nasceu do desequilíbrio deste projecto, que era um projecto da Câmara Municipal de Lisboa, que estava a coordenar, e que se apercebeu, e que tentou apresentar a alguns e perguntou: “onde é que estão as mulheres? Porque conhece imensas, que estavam a falar do Século XXI. Porque é que não apareciam!? E foi aí que este contributo e esta aproximação nos últimos dez anos a estas temáticas aconteceram.

Aconteceu de uma forma muito natural, mas por outro lado, de uma forma de consciencialização muito importante, parece-lhe que há aqui ainda um adormecimento, apesar de todas as iniciativas que existem, em relação à importância, e à dimensão desta questão.

Reuniu com um conjunto de mulheres para pensar o que é que se poderia fazer, e adoptar uma perspectiva participada, porque não tendo as soluções, acha que ninguém tem sozinho estas soluções, e só debatendo, e recolhendo os contributos de várias pessoas poderíamos dar aqui algum contributo para uma transformação.

Foi possível identificar uma missão para orientar esta iniciativa, através das acções manter o tema em agenda, promover o debate participativo, ajudar a criar redes de contactos e de trabalho, promover projectos, e talento no feminino, distinguir contextos que valorizam o trabalho e as competências das mulheres, funcionar no fundo como facilitadoras.



6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

Foi possível mobilizar muita gente, para uma causa e foi uma iniciativa que se posicionou sem fronteiras, por ser uma questão humanista das pessoas, em qualquer parte, sem territórios, sem etnias, sem fronteiras culturais, gente, políticas ou geracionais.

Para terminar, Cristina Silva Ferreira diz que quer partilhar com todos aquilo que um conjunto de pessoas, mulheres e homens ao juntarem-se e terem uma causa e uma determinação, e consciência, possibilitando realizar ao longo destes dois anos:

- Começou com “Business Breakfast” um “talk manager” para discutir que medidas poderiam ser implementadas, para um contexto facilitador, para mais mulheres se candidatarem a lugares de topo e de decisão, porque só estando em lugares de topo e de decisão poderá haver uma transformação das decisões que são feitas, e as associações são aquelas que determinam evolução do nosso território e das nossas opções, de sociedade e de vida;
- Um “Mentoring Lunch”, um “Sunset Networking”, três Conferências, todas dedicadas a temas: territoriais, desenvolvimento de ordenamento do território, de saúde, de educação, etc., ou seja, envolvendo as mulheres nestes processos, capacitando-as;
- Segunda Conferência, três Conferências, passando pela responsabilidade social, existindo um prémio para distinguir empresas que criam estes contextos organizacionais, facilitadores das mulheres que propõem os lugares de topo e de decisão.

Informa que todos os dias oito estão na FNAC do Chiado para promover “Road Models” no feminino, ou seja mulheres com histórias relevantes, que podem contagiar outras e inspirar mais a terem a coragem, e a determinação necessária para fazer parte desta transformação.

Depois de agradecer a explanação, o Sr.º Moderador do debate cedeu a palavra à oradora seguinte, Heloísa Perista, Doutorada em Sociologia e Investigadora Sénior, no CESIS.

Heloísa Perista

Agradecendo à Assembleia Municipal de Lisboa por ter dirigido o convite ao CESIS - Centro de Estudos para a Intervenção Social, para participar neste debate temático, referindo-se que iria limitar-se a enunciar, e a propor para discussão algumas das questões, questões que no seu entender, enquadram e ajudam a tentar explicar as dificuldades que quarenta e cinco anos após o 25 de Abril, muitas mulheres ainda têm no exercício dos seus direitos em particular no mercado de trabalho.

Refere que foi um caminho longo, mas nem sempre linear, um caminho com avanços, mas também com retrocessos.

Começa por abordar a situação que temos hoje:

- a taxa de emprego das mulheres em Portugal elevada, na ordem dos 67% que é aliás, uma taxa superior àquela que se verifica, em média na União Europeia;
- a minoria das mulheres trabalhadoras em Portugal, cerca de uma em cada dez, têm um horário de trabalho que não é de tempo completo, ou seja, trabalham a tempo parcial;
- um outro padrão de emprego feminino que constitui uma característica particularmente distintiva do nosso mercado de trabalho é de que a taxa de emprego das mulheres com crianças



6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

menores de seis anos é muito elevada, é aliás, a mais elevada da União Europeia, ultrapassando os 82%;

- o nível de escolaridade das pessoas com emprego em Portugal, aquilo que se verifica é que as mulheres empregadas apresentam hoje o nível de escolaridade claramente superior ao dos homens, e isto particularmente no que se refere ao ensino superior.

Ou seja, e em suma, estamos perante uma taxa de emprego das mulheres elevada, perante um comportamento laboral contínuo e intensivo ao longo do percurso de vida, assim como perante uma melhoria significativa em termos do capital humano das mulheres empregadas.

Afirma que são processos que se vão desenrolando em paralelo à persistência de uma fraca qualidade do emprego feminino.

Heloísa Perista apresentou alguns indicadores, nomeadamente a fortíssima concentração das mulheres em áreas de actividade e profissões menos valorizadas, a sub-representação das mulheres em cargos de direcção e chefia, e em termos das condições de trabalho, para além de uma particular vulnerabilidade das mulheres a formas instáveis e precárias de emprego, apresentando, ainda, dois indicadores apenas do inquérito nacional às condições de trabalho, que em 2015 foi desenvolvido pelo CESIS, ao abrigo de um protocolo com a ACT, com a Autoridade para as Condições de Trabalho, com base no qual se conclui que as mulheres têm uma maior exposição a factores de risco, a determinados factores de risco no trabalho, nomeadamente aos factores de risco psicossocial, e que, para além disso, também apresentam uma maior vulnerabilidade a comportamentos sociais adversos no local de trabalho, como sejam, a discriminação, a violência e o assédio.

Por outro lado afirma que, e tal como tem vindo a merecer destaque nomeadamente nos últimos dias, e também aludido nas intervenções anteriores, que as remunerações das mulheres trabalhadoras continuam a ser significativamente mais baixas do que as dos homens.

Falando sobre os resultados que foram divulgados publicamente no passado dia vinte e sete, deste barómetro, das diferenças remuneratórias entre mulheres e homens, aquilo que se constata é que, pegando no chamado "*Gender Pay Gap*", que no fundo, é uma média agregada que compara a remuneração das mulheres, com a remuneração dos homens, e calcula o respectivo diferencial, verifica-se que pegando na remuneração média mensal de base, o diferencial é de 14,8%, este diferencial aumenta significativamente quando se considera o ganho, aumenta para 18,2%, já que o ganho contém outras componentes do salário de natureza menos regulamentada, como sejam, por exemplo, os prémios, já hoje aqui referidos, as compensações por trabalho extraordinário ou outras.

Heloísa Perista afirma que:

- este barómetro tem uma vantagem que, pela primeira vez, as estatísticas oficiais permitem ter, para além da média agregada, ter o cálculo do "*Gender Pay Gap Ajustado*" como barómetro lhe chama;



6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

- Mostram que comparando mulheres e homens em situação comparável do ponto de vista do sector de actividade, da profissão, do nível de qualificação, da habilitação escolar e da antiguidade na empresa as diferenças salariais continuam a ser, apesar de se reduzirem quando se olha para o “Gap Ajustado”, continuando a revelar diferenças muito significativas entre mulheres e homens, e diferenças estas que comprometem claramente a efectivação do princípio de salário igual, para trabalho igual ou de valor igual.

Heloísa Perista, olhando estas questões, adoptando uma perspectiva complementar, e pegando em dois ou três resultados do Inquérito Nacional aos usos do tempo de 2015, também desenvolvido pelo CESIS em parceria com a CITE, com a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, destacou dois ou três resultados:

- quando se olha para o tempo médio de trabalho pago, as diferenças entre mulheres e homens a este nível tem-se vindo a esbater, e hoje temos uma disparidade de género de apenas vinte e sete minutos, por dia, neste caso em desfavor dos homens;
- Por outro lado, o trabalho não pago, ou seja, para todo o trabalho associado à execução das tarefas domésticas, e à prestação de cuidados, ao trabalho de cuidado, a assimetria ou a disparidade entre o tempo afecto entre mulheres e homens é muitíssimo superior, e neste caso em desfavor das mulheres, de facto, em cada dia em média em Portugal, as mulheres dedicam mais uma hora e quarenta minutos do que os homens ao trabalho não pago.

Significa que a jornada de trabalho total das mulheres, somando trabalho pago e trabalho não pago é superior à dos homens em uma hora e treze minutos em cada dia útil das suas vidas.

Assim sendo, não surpreende que mais mulheres do que homens, identifiquem implicações negativas do trabalho pago na sua vida pessoal e familiar, mais de metade, aponta o trabalho como um impedimento para dedicar à família o tempo que gostariam, e mais de seis em cada dez, referem-se sentir-se cansadas após o seu dia de trabalho. E demasiado cansadas, por um lado realizarem algumas das tarefas domésticas, mas, sobretudo demasiado cansadas para usufruírem da sua vida pessoal.

Heloísa Perista termina a sua intervenção com a seguinte afirmação:

“E é, de facto, este direito a terem um tempo para si, um tempo que possam no qual dedicar a fazer as coisas de que realmente gostam, e que lhes dão prazer, é um direito que entre as exigências combinadas do trabalho pago e do trabalho não pago, quarenta e cinco anos após o 25 de Abril de 1974 é ainda frequentemente negado a muitas mulheres em Portugal”.

Por fim o Sr. Moderador deu a palavra a Patrícia Domingos, do “*Spring Up Europe*”.

Patrícia Domingos

Patrícia Domingos em representação da “*Spring Up Europe*” - Associação sem Fins Lucrativos, que tem como princípio fundamental levar as mulheres aos locais onde elas podem ter um papel de decisão, dentro dos “*boards*” das empresas, dentro dos papéis políticos e que, afirma, se começa a ouvir falar mais vezes mas que ainda não existem nas quantidades certas e justas.



6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

Afirma que, para subir uma mulher, tem que descer um homem, que se está a falar de questões que são fragmentantes ainda na nossa sociedade, e que temos que perceber que só resolvendo estas questões é que podemos ter realmente um trabalho mais par entre homens e mulheres.

Patrícia Domingos fala sobre o papel da Associação que tem como função também criar condições para que as mulheres se sintam, e consigam posicionar-se, e ao mesmo tempo também criar programas aceleradores para que as fundadoras de empresas possam chegar mais longe, e levar as suas empresas mais longe.

A Associação tem como parceira a “*Springboard Enterprise*”, que faz isto há dezoito, dezanove anos, nos Estados Unidos que já criou outro tipo de “*franchisados*”, tanto na Austrália, como em Israel, e em Portugal, surge com a visão de se poder chegar à Europa, como plataforma para a Europa, e levar mais mulheres a serem ouvidas, e a estarem presentes e terem representatividade na Europa.

Diz-nos que tem imenso orgulho em ter estado com as oradoras anteriores, sendo um privilégio.

Refere que há vários anos que os estudos dizem basicamente o mesmo. Sendo importante perceber-se que em anos de crise, ou em anos de crescimento “*lá vão as mulheres outra vez por aí abaixo*”.

Que é preciso perceber-se que existem indicadores de posicionamento das mulheres no mercado de trabalho, que só podem acontecer se as mulheres estiveram dispostas a lutar por isso, e a chegar lá.

Que as mulheres podem-se unir e fazer aquilo que os homens naturalmente fazem quando vão beber um café com um amigo ou quando vão almoçar, trocam contactos, falam uns com os outros, e isto para eles é natural, isto está-lhes no ADN.

Que é importante aprender a fazer o mesmo, porque acha que o segredo está por aí, o segredo está em as mulheres conseguirem construir os seus contactos. Chamar-lhe *lobby*, segundo Patrícia Domingos, possivelmente será um nome feio, atendendo à conotação que se tem dado nos últimos anos.

Salientando o facto de gostar e sentir-se privilegiada por ser mulher, não se sentir em nada minimizada, e sente que as mulheres têm capacidade, e conseguem chegar aos mesmos locais que os homens, sendo importante que as mulheres tenham que querer, por serem melhores no seu percurso formativo e académico, por terem melhores resultados, até porque a maioria das mulheres lida muito mal com o insucesso e querem ser sempre perfeitas, porque foi uma coisa que foi inculcada desde crianças, o ter que ser perfeitas em casa, ter que ser perfeitas quando recebem pessoas, quando estão a falar, quando se posicionam. Patrícia Domingos acha que a fasquia está muito elevada.



6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

Fala no associativismo, em que as mulheres se unam, para encontrar sinergias que as levem mais longe na sua forma de estar, na sua forma de pensar, na construção das suas empresas.

Diz-nos que o associativismo tem que ser algo que seja um potenciador do posicionamento das mulheres, que apoie a sustentar o desenvolvimento, e a dar ferramentas, para elas poderem ocupar os locais, e se prepararem ao longo do seu percurso formativo e académico, para transparecer os resultados do seu posicionamento para o mercado de trabalho.

Fala sobre uma iniciativa da Associação “Os avanços na igualdade de género em Portugal”, em que se falou de muitas destas questões fracturantes, nomeadamente sobre:

- A educação, investir nas crianças quando elas são moldáveis nas creches, nos infantários, ensinar-lhes que uma menina pode fazer as mesmas coisas que o menino, vamos dar-lhes ferramentas para que ela possa crescer, e desenvolver partes do cérebro, que sigam as apetências para ir para tecnologias, para a área de ciências, programação, porque isto começa quando elas são muito pequeninas, quando ainda tem o cérebro a ser formatado;
- Fazer mentoria, apoiando as mulheres, as pequenas mulheres, aquelas mulheres que estão no 9º ano e 10º ano, que estão a começar a decidir qual é o caminho que elas querem percorrer, qual é a melhor solução para elas, mostrar-lhe o que é que são as carreiras, começam a haver alguns programas na área das engenharias, que levam meninas a conhecer o que é que é a função de uma engenheira por um dia, por exemplo. Levar às escolas pessoas que as possam ajudar a decidir, e a perceber que até têm outras aptidões do que as normais das meninas;
- Depois, numa fase posterior na potenciação das mulheres que estão a entrar no mercado de trabalho, preparando-as para os desafios, posicionando-as e dando-lhes as ferramentas que lhes permitam crescer, não olhando a todas as dificuldades que elas encontram pelo caminho, que nós temos tanta consciência disso mas, aproveitar para as levar, e que percebam os cargos que elas podem ocupar, a forma como se podem posicionar e estarem preparadas para os desafios;
- Dar formação cívica, cada vez mais as crianças passam menos tempo em casa, ao longo do seu percurso académico passam muitas horas longe dos pais. Dar raízes às crianças e a educá-las com uma moralidade, com uma ética, que as permitam posicionarem-se e serem bons cidadãos;
- Preparar as crianças de uma outra forma, e que as escolas tenham um papel forte nesta actividade, e dar-lhes uma cadeira cívica que lhes permita não serem racistas, não serem xenófobos, criar em paridade de género, prepará-los para uma sociedade mais justa, e fazer com que ao longo do seu percurso possam dentro desta disciplina, ter uma aprendizagem, e uma abordagem que seja sempre muito direccionada aquilo que vai evoluindo a sociedade, à forma como a sociedade cresce e às necessidades da sociedade, inteligência artificial;
- Colocação de mulheres em cargos de decisão, e em cargos em que elas possam ter uma palavra, parece-, na opinião de Patrícia Domingos, fundamental e parece que criar equilíbrio, cria equipas mais produtivas, e cria maiores sensibilidades para determinadas áreas.

III - 2º PAINEL: NÃO SE REGISTARAM INTERVENÇÕES DAS ENTIDADES E PERSONALIDADES CONVIDADAS.



6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

IV - 3º PAINEL: INTERVENÇÕES DO PÚBLICO.

O Sr. Moderador deu a palavra à munícipe Ana Santos, Subchefe de 1ª Classe no Regimento Sapadores Bombeiros.

Ana Santos

Espera que o seu contributo traga um pouco de igualdade no seio do Regimento, visto considerar não existir.

Ana Santos considera, neste momento, enquanto Subchefe de 1ª classe, que as mulheres são colocadas um pouco à margem. Dos onze quartéis existentes apenas dois quartéis têm condições para receberem mulheres enquanto operacionais, embora existam alguns quartéis que são criados de raiz com instalações para receber elementos femininos, essas instalações nunca são disponibilizadas.

A sua intervenção vai no sentido de tentar que estas desigualdades sejam terminadas, e que efectivamente a igualdade de género seja implementada no Regimento Sapadores Bombeiros de Lisboa.

De seguida foi dada a palavra ao munícipe José António Marim.

José António Marim

O Munícipe José António Marim começou a sua intervenção relembrando a importância do 25 de Abril e as conquistas alcançadas: direito ao voto, ao trabalho e carreira, ao casamento em liberdade entre várias e o muito que está ainda por concretizar.

Alerta para o facto de se comemorarem os 30 anos da Comissão para a Igualdade do Trabalho e no Emprego, o CITE, criado a 20 de Setembro de 79, mas que segundo a OIT as mães passam por uma permanente “penalização salarial durante a maternidade”, que se acumula em toda a sua vida profissional, enquanto os pais desfrutam de um prémio salarial. A maternidade continua a ser um factor discriminatório na carreira das mulheres sendo preciso, segundo a OIT, duzentos e nove anos para a mulher deixar de ser a principal cuidadora familiar.

Refere que Portugal tem uma das maiores diferenças salariais entre homem e mulher, sendo menos propensas a participar no mercado de trabalho do que os homens, e tendo mais chances de estarem desempregadas. A invisibilidade das mulheres como sério problema político, a igualdade entre mulheres e homens, uma questão de direitos humanos, uma condição de justiça social, que depende essencialmente, do acesso à educação, nas oportunidades no trabalho, e na carreira profissional, acesso à saúde e ao poder e influência.

Falou nas mulheres e raparigas vítimas de mutilação genital, nas vítimas de violência doméstica nos crimes sexuais praticados contra mulheres, no assédio em espaço público e no local de trabalho.



6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

Refere que as mulheres têm uma esperança de vida mais elevada do que os homens, o que torna o apoio social muitas vezes insuficiente, dado que as mulheres estão sempre sobrecarregadas com apoio a terceiros, os cuidados às crianças, doentes e velhos, recaem essencialmente, sobre elas.

Aborda a questão da indisponibilidade do tempo que as mulheres têm para cuidar delas próprias, o facto das mulheres e crianças serem as principais vítimas da exploração sexual, e de acordo com a Organização Mundial de Saúde as mulheres manifestam maiores níveis de ansiedade, e depressão.

V - Comentários finais das oradoras convidadas.

Para um comentário final, o Sr.º Moderador cedeu de novo a palavra a Fátima Messias, Membro da Comissão Executiva da CGTP.

Fátima Messias

Em relação às questões que Ana Santos colocou, afirmou que de facto, estes alertas eram muito necessários, porque as condições de trabalho dos vários locais de trabalho, particularmente quando existem anos seguidos em que a maioria dos trabalhadores são homens, esquecem-se até muitas vezes de ter casas de banho, e outros meios, condições de trabalho concretas para as mulheres.

Relembrou que mesmo em relação ao fardamento, muitas vezes os tamanhos das fardas, com algumas excepções, as mulheres são mais baixas que os homens, e que o tamanho das fardas e das botas, e dos equipamentos não são ajustados, já para não falar de outras condições de trabalho.

Reconhece que houve evoluções ao nível da Câmara de Lisboa, do Município, referindo que se lembrava de ouvir do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, colocar em relação ao trabalho dos jardins e outros, necessidades concretas de adaptar as condições de trabalho também às mulheres. Acredita que o alerta de Ana Santos venha a surtir efeito.

Em relação às questões colocadas pelo munícipe José António colocou, Fátima Messias deixa-nos os seguintes comentários:

- Repara que foi um painel bastante elucidativo das condições que hoje temos e vivemos, e que lança a necessidade, de todos e todas a cada nível de intervenção intervirem;
- Não deixa de achar curioso aquele reparo de haver pouca participação nos debates temáticos, com o qual concorda, e refere encontrar também noutros espaços, até nos espaços sindicais essa dificuldade;
- Que conhecendo as questões de desigualdade que ainda persistem, interroga sobre o que é que falta fazer para que isto tudo seja alterado?
- Refere que uma boa parte das estatísticas nacionais, e dos dados oficiais não fazem a separação de género, entre homem e mulher mas que algumas estatísticas, não vindo segmentadas, não permitem conhecer a realidade em que vivemos para poder intervir sobre ela;



6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

- Deixou mais duas ideias essenciais, no que diz respeito aos sindicatos, ou aos movimentos de mulheres, no qual existe sempre uma carga de preocupação muito grande, porque a discriminação existe sendo necessário garantir às mulheres as mesmas condições que os homens, ou qualquer que seja o género de qualquer cidadão, independentemente da sua nacionalidade, orientação sexual, etc., todos e todas têm que ter as mesmas oportunidades, e, diversas organizações de empoderamento de mulheres de participação das mulheres, que têm sempre uma visão, aparentemente, mais optimista;
- Na parte que diz respeito ao acesso das mulheres aos poderes de decisão, apela é que as mulheres não continuem nem persigam estas formas de discriminação que têm sido feitas até aqui. Reconhecendo que as suas palavras possam parecer contraditórias, Fátima Messias realça a importância que todos tenham as mesmas oportunidades, mas que fazer melhor e fazer diferente, não será pelo facto de um conselho de administração de uma empresa ser constituído só por mulheres, ou por maioria de mulheres, que nessa empresa esteja garantido que as condições de igualdade existam só, por esse facto.

Fátima Messias salienta que o importante é aquilo que se faz, tão importante como conseguir ter o acesso, é a natureza das decisões, a natureza, e se elas são, de facto, não discriminatórias, e se tratam de igual modo homens e mulheres.

Fátima Messias aborda a questão dos homens, referindo que à medida que os trabalhadores começaram a exercer os seus direitos parentais, começaram a sofrer novas discriminações que antes não tinham. Um homem hoje, que tire os dias licença parental, que faça a opção de acompanhamento à família, se tiver uma assiduidade que a empresa considere penalizadora, porque está ausente, porque não está disponível, porque não pode fazer a viagem naquela data, porque não está disponível naquele fim-de-semana, e deveria estar, ele passa também a ser discriminado como outra mulher qualquer. Porque há aqui factores que têm a ver com a natureza do poder e a forma como ele é exercido, que discriminam eles ou elas consoante o exercício dos direitos. Termina a sua intervenção dizendo: *“que nenhum homem será verdadeiramente livre enquanto as mulheres forem discriminadas”*.

Depois de agradecer a exposição, o Sr.º Moderador do debate cedeu a palavra a Fátima Amaral, Membro da Direcção Nacional do MDM.

Fátima Amaral

Referencia a utilidade deste debates, mais que não seja, porque se ouve sempre coisas mesmo que se conheça, ou se pensa conhecer a realidade dos principais traços, havendo sempre alguma coisa que acrescenta ao nosso conhecimento, sendo o conhecimento importante para uma melhor organização no sentido de desbloquear aquilo que está mal, e tentar resolver.

Refere o facto de corrermos para nos adaptarmos àquilo que as empresas querem. A velocidade hoje, em relação ao sector empresarial ser muito grande, assim como as alterações em termos de organização do trabalho, e então neste caso, sendo de mulheres que se está a falar, termos que nos adaptarmos às alterações que as empresas vão fazendo.



6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

Considera ser uma questão crucial, porque o caminho que se está a percorrer é no sentido de se retirarem direitos. Dá um exemplo, que é o problema dos horários, e dos prolongamentos dos horários, e dos horários nocturnos, e dos horários por turnos, e dos horários nos sábados, e nos horários dos domingos, lembrando o exemplo dado por Fátima Messias quando referiu algumas percentagens de como é que é a situação.

Relembrou um caso passado muito recentemente em que uma empresa queria pôr os trabalhadores a trabalhar ao domingo, mas como não havia creches abertas ao domingo, a reclamação era a empresa criar as creches para os trabalhadores puderem ter um local onde pôr os filhos. Dando este exemplo muito objectivo, Fátima Amaral, concluiu que este é um bom exemplo para, homens e mulheres, poderem reflectirem sobre:

“ se nós vamos adaptar a organização da própria sociedade àquilo que as empresas querem, e as empresas o que querem, é lucro! E como foi dito aqui o lucro cada vez mais depressa, mais rápido, então qualquer dia, não é como foi, e a Heloísa Perista disse, que é as mulheres chegam cansadas já casa, é que já nem chegam a casa, porque ao emprego já ficam imediatamente cansadas para trabalhar. E portanto, tudo isto tem, de facto limites, e é necessário a todo o momento, e daí a necessidade, de facto das mulheres participarem, as mulheres não participam mais, porque têm que ir trabalhar a tal hora e quarenta e cinco minutos, para casa nas tarefas familiares e têm os ritmos intensos de trabalho na empresa”.

Por fim e para concluir, apelou à reflexão no sentido de percebermos para onde vamos, e o que é que queremos, porque em muitas coisas, teremos que recuar para melhorar.

Afirmou que às vezes avançar é mau, que temos que recuar e ver como é que estávamos aqui há um tempo atrás, e vemos como é que vamos reclamar o exercício daqueles direitos que muitas vezes estavam na Lei não são cumpridos.

De seguida o Sr.º Moderador do debate cedeu a palavra a Cristina Silva Ferreira da “*Women in Business*”.

Cristina Silva Ferreira

Refere que às vezes o mais interessante das intervenções é o facto de despertar uma série de questões que podemos ainda reforçar antes de acabar este momento em que se disponibilizaram para vir até aqui e falar disto.

Acha que nós estamos perante uma oportunidade única, com todas as transformações que estão a ocorrer na economia e na sociedade, e deixa o repto, que decorre daquilo que é a sua experiência, e a sua visão sobre as coisas de se acentuar a tónica e o estudo, e o nosso discurso no valor, e na criação de valor, deixando-nos as seguintes questões:

- E que valor é que as mulheres criam?
- Qual é o valor das mulheres na sociedade?

Porque julga que, conforme o que disse a Fátima, que às vezes, temos que recuar para avançar outra vez, e as mulheres tiveram que fazer um esforço muito grande e sobretudo, aproximar-se dos modelos masculinos para ganharem espaço de oportunidades e de acesso.



Refere ser natural que as mulheres exerçam a sua condição humana, e nomeadamente, também a da maternidade, e que não tenham que abdicar dessa, para conquistar outros direitos, e isto implica a tal reflexão, referida pela Fátima, e que irá resultar em opiniões diferentes, de pessoas diferentes, mencionado que é para isso que existe a democracia e a oportunidade de se confrontar ideias.

Salienta que a nossa realidade actual, que é apesar de tudo muito diferente daquela que tentou aqui trazer do princípio do Século XX, mas que leva muito tempo a mudar.

Refere que em relação à economia, faz-se um esforço, pensa-se, existe dedicação ao trabalho, ao investimento, para criar-se “*think tanks*” conforme acha que também a “*Spring*” estava aqui a falar, para encontrar soluções, questionando porque é que não se pode adoptar estas ferramentas para este caso, para esta temática nos dias de hoje, levar os jovens, as “*Startups*”, por exemplo, e introduzir nas “*Startups*” de Lisboa, dando o exemplo de se estar hoje, aqui, na Assembleia Municipal de Lisboa.

Deixa a ideia de pôr os empreendedores a pensarem o que é que se pode fazer, e que soluções podem introduzir para confrontar todas as transformações que vão ocorrer também na organização do trabalho, porque sendo inevitável com a digitalização e com a introdução das tecnologias, tecnologias de comunicação, e todas as tecnologias aplicadas a toda a cadeia de valor, será inevitável que as transformações ocorram em todos os planos sociais.

Na perspectiva económica, a perspectiva da criação de valor é muito importante, assim como em termos da investigação, refere agora ao dirigir-se mais para Colega de Mesa da Sociologia, e da área da investigação. Acha importante atrair e juntar para esses projectos de investigação, também pessoas que dominam a área da economia.

Afirma que é através da economia, da criação de valor, e com o aumento de consumo no feminino, que algumas empresas também começaram a convidar mais mulheres para estarem nos seus quadros para perceberem as necessidades dos produtos e dos serviços que querem fornecer, ou seja, é procurar quais são as vias que possam ser mais rápidas para produzir as tais transformações que se quer, porque o discurso, a legislação, o enquadramento legal até têm evoluído bastante, mas as mentalidades demoram mais tempo e a concorrência económica é por vezes demolidora. - E, portanto, refere que temos que estar atentos e temos que estar preparados para criar ou construir ideias de modelos que queremos defender que possamos sustentar.

Identificar o problema, procurar soluções, utilizar métodos também diferentes, não é abandonar aquele trabalho que tem sido feito, como é evidente, mas pode-se acrescentar outros métodos que vêm de outras áreas, do empreendedorismo, de *Startup*, de noutras dinâmicas que podem também trazer para esta temática algum valor acrescentado.

Agradecendo o Sr. Moderador deu a palavra a Heloísa Perísta, Doutorada em Sociologia e Investigadora Sénior, no CESIS.



Heloísa Perísta

Começa por uma afirmação que reteve do munícipe José António Marim, de que *“as mulheres são sobrecarregadas com o apoio de terceiros”* e, de facto, é algo completamente evidente e que também tentou trazer aqui na sua intervenção inicial, mas que lhe leva à conclusão de que, no seu entendimento, que é o entendimento partilhado por muitas mulheres e por alguns homens em Portugal, é que efectivamente só uma partilha efectiva do trabalho de cuidado entre mulheres e homens, só a partir daí é que se conseguirá, hoje, encontrar uma das áreas de intervenção prioritárias na construção da igualdade de género. Assegura que é nesta construção da igualdade de género, fazer este trabalho de promoção desta partilha efectiva do cuidado nas famílias, mas também nas empresas, na negociação colectiva e nas políticas públicas.

Pegando na intervenção da Ana Santos e da necessidade que aqui exprimiu, de adaptação dos espaços físicos, neste caso dos Sapadores Bombeiros de Lisboa para acolher a presença e a participação de mulheres, Heloísa Perísta, indo ao encontro da opinião de Fátima Messias, que dizia ser uma questão extremamente importante se se quer caminhar no sentido da desagregação do mercado de trabalho, de não continuarmos a ver mulheres e homens acantonados àquelas que são as áreas e as profissões tradicionalmente femininas ou tradicionalmente masculinas. De facto, este caminho no sentido da adaptação dos espaços físicos, seja ao nível das instalações sanitárias, dos vestiários, de uma série de outras coisas, é algo que importa fazer.

O exemplo dos Sapadores Bombeiros de Lisboa é do seu ponto de vista, um óptimo exemplo, para ilustrar a terceira nota que Heloísa Perísta gostava de fazer, que tem a ver com o comentário geral a várias coisas que foram sendo ditas neste debate.

Do seu ponto de vista não deve caber, nem deve ser posto sobre as mulheres o ónus de se terem de ajustar aos modelos existentes, nomeadamente pensando nas duas colegas de mesa, mais associadas às questões do empreendedorismo e do acesso de mulheres a cargos de decisão estratégica tão fundamental quanto é. Mas repete, não são tanto as mulheres que se devem ter de ajustar aos modelos pré-existentes, mas o que se deve fazer é, de facto, questionar, desafiar as estruturas tornando-as, sejam as instalações físicas dos Sapadores Bombeiros de Lisboa, sejam as estruturas de poder nas empresas nas organizações de decisão política, nas organizações sindicais em todas as organizações, tornando essas estruturas verdadeiramente inclusivas de mulheres e de homens.

Patrícia Domingues do “Spring Up Europe”

Patrícia Domingues esclarece que se nós queremos mulheres nos quadros decisivos, queremos que elas possam ser um modelo para as mulheres que estão abaixo e que possam elas mesmo credibilizar as mulheres que têm abaixo.

Acha que, neste momento, mais do que sensibilização que é aquilo que se tenta fazer diariamente nas funções que exercem, referindo-se também às oradoras presentes, é a sensibilização todos os dias também dos homens têm que perceber, que têm que participar, que têm que estar integrados na vida familiar e que o estar integrado na vida familiar, não é chegar a casa ligar o computador ou ligar a *playstation* e estar a jogar, enquanto a mãe está a fazer o jantar. Acha que



6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

isto é de fundo. Patrícia afirma que é dentro de casa que também os começamos a preparar e a estarem sensíveis para isto.

Realçando o valor do que a Ana faz enquanto Subchefe de 1ª classe dos Bombeiros, afirma que é importante também ter senhoras, que podem ter um papel, por exemplo, quando estão num acidente de ter uma outra perspectiva, um outro humanismo, de ter uma outra sensibilidade. Com esta afirmação não pretende ofender os homens de forma alguma, mas dizer que as mulheres têm uma outra sensibilidade, que é inevitável e que está explicado cientificamente, que normalmente têm este papel de cuidadoras e que as faz diferenciadoras quando estão em locais específicos e que podem fazer a diferença, dar outro lado humano aos Bombeiros.

Afirma que pode parecer utópico, mas é nas pequenas coisas que as mulheres fazem que se comecem a mudar mentalidades.

Defende que não se deve pôr as mulheres com rótulo, com prazo de validade. Afirma que não considera que ela própria tenha um tempo prazo de validade, e espera, enquanto a cabeça funcionar, que tanto a própria como todas as mulheres poderão fazer qualquer coisa e melhorar.

Termina dizendo que as mulheres têm muito poder nas mãos, as mulheres consomem, são as maiores consumidoras, se um dia acordarem e decidirem que não se compra marcas que não sejam produzidas por empresas que sejam de mulheres, que teria impacto no mercado.

V - 4º PAINEL: INTERVENÇÕES DAS FORÇAS POLÍTICAS REPRESENTADAS NA AML.

(Nota: as intervenções dos DM foram transcritas da acta da 2ª sessão)

A Deputada Municipal Isabel Pires (BE):

Cumprimentar, em primeiro lugar, os membros da Mesa e agradecer as intervenções feitas, as informações, as propostas também que aqui foram deixadas e que, obviamente, são bastante úteis para o debate que aqui também na Assembleia Municipal, temos que ter.

- Sendo certo que a luta pela igualdade de género e a luta contra a discriminação e violência tem uma relevância cada vez maior nas nossas sociedades e obrigam efectivamente à existência deste tipo de debates sobre que medidas é que são necessárias para ultrapassar esta discriminação, esta violência e esta desigualdade de género;

- E obviamente que no nosso país tivemos oportunidade de nestas duas sessões, perceber melhor o percurso, tantas vezes duro, que as mulheres tiveram que percorrer, na vida, na política, na educação, na saúde, no mundo do trabalho que era o foco deste Debate temático.

- E aí obviamente, o 25 de Abril foi um momento definidor para toda a sociedade portuguesa, porque marcou o fim de uma ditadura longa e conservadora, mas que também ajudou o facto de termos tido um processo revolucionário, que ajudou a marcar decisivamente o futuro do país. E neste processo, o papel das mulheres levou a conquistas que foram muito importantes, ao voto universal, ao acesso à educação, à liberdade sexual, à saúde reprodutiva, o acesso a cargos



6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

públicos e políticos e, portanto, não tendo sido todas imediatas, estas conquistas foram obviamente importantes.

- Ao nível do mundo do trabalho, elas têm sido constantes pelo horário de trabalho, aumento de salários, condições de saúde e higiene no trabalho, garantias de licenças de maternidade e paternidade.

- Sabemos ainda que no mundo do trabalho a luta das mulheres ainda precisa de muito caminho a percorrer, ela tem que ser redobrada. A igualdade salarial, como já aqui foi referido pelos gráficos que foram trazidos, não é ainda realidade, a dupla jornada de trabalho ainda é um problema muito relevante nas nossas sociedades.

- As mulheres continuam a ser a maioria na precariedade, no desemprego e com baixos salários. E, portanto, há aqui ainda um longo caminho a percorrer, sendo certo que apesar disso houve várias lutas das mulheres que obviamente trouxeram conquistas importantes.

- Mas estas discriminações mesmo entre profissões, ainda existem. E infelizmente mesmo com as alterações legislativas sobre a igualdade no acesso à Administração Pública, mas aos locais de chefia isso não significa, como aqui foi dito, necessariamente que isso se repercute no tecido laboral como um todo, e aí obviamente, que há visões diferentes de olhar para esta situação e obviamente de olhar para o tipo de sociedade e de mundo laboral que temos e isso prende-se, não apenas com os cargos de chefia, mas também com todo o resto e por exemplo, a forma como o Código de Trabalho está feito no nosso país.

- Queria terminar dizendo que, o caminho para a igualdade ainda é longo e as injustiças persistem, há várias formas de luta, como as greves feministas em vários países que demonstraram que é possível fazer um novo caminho.

- E queria terminar dizendo que, uma das coisas mais importantes que enquanto mulheres temos que fazer é de olhar para nós próprias, enquanto tal e, desconformarmo-nos com estereótipos que nos querem fazer querer que existem.

- E, portanto, deixar o discurso de que nós é que temos que mudar, porque nós é que estamos mal nesta sociedade e isso às vezes é um grande problema neste tipo de debate e eu creio que esta coisa do normal e de coisas de mulheres e coisas de homens têm que sair destes debates de uma vez por todas, porque senão efectivamente não vamos conseguir chegar à tal igualdade de género, sob o risco de mantermos tudo na mesma, mas apenas com alguma máscara de que a coisa mudou.”

A Deputada Municipal Alexandra Torres (PS):

- Caro Presidente da 6ª Comissão e Moderador desta sessão, Caras Convidadas Oradoras Representantes das Associações, agradeço a vossa participação e as vossas intervenções que vieram enriquecer, naturalmente este Debate, Caros Colegas Deputados Relatores, Deputados e Deputadas na sala, e Público presente.

- Nesta 2ª sessão do Debate Temático, *“45 anos depois do 25 de Abril, os direitos das mulheres no mundo do trabalho”*, o Partido Socialista saúda todas as mulheres e homens que pelo seu empenhamento e acção permitiram que Portugal seja, apesar de tudo, exemplo no que tange à igualdade de género.

- Os excelentes e comoventes depoimentos da semana passada, relatavam tempo de trevas, mas o caminho trilhado desde Abril de 1974, permitiu que sobre este cenário se fizesse luz através de momentos significativos da nossa vida colectiva, com a aprovação da vasta legislação laboral, que



6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

tem como objectivo garantir e promover a igualdade de oportunidades e resultados entre mulheres e homens no mercado de trabalho.

- Tivemos acesso a novas profissões, estudámos mais, mudámos o rosto do sindicalismo e da participação cívica, respondemos aos desafios da maternidade desejada e consentida e com engenho conciliamos a vida pessoal e profissional, mas, apesar do percurso e dos sucessos obtidos pela igualdade formal, a igualdade real está longe de estar atingida.

- Os sucessivos progressos na sua esmagadora maioria registados em período de governação do Partido Socialista ou por seu impulso apoiados naturalmente por outras forças políticas, mostram ainda na prática desigualdades significativas, talvez seja no contexto laboral que a batalha entre o feminino precisa ainda mais de firmar e concluir novas etapas na promoção da igualdade de género, no emprego, nos salários e nas condições de trabalho.

- A precariedade atinge mais as mulheres, o desemprego também, numa percentagem superior em quase 10%, sobretudo as mais novas e com menos formação.

- A legislação nacional consagra sabemos do princípio a trabalho igual, salário igual, mas as assimetrias são muito significativas entre mulheres e homens no plano remuneratório, a diferença salarial entre géneros é de 16%, constatando-se que quanto mais aumenta o nível de qualificação mais aumenta a diferença negativa para as mulheres, chegando aos menos quase 27%.

- Consciente desta realidade a recente legislação reforçou a promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens, visando combater a segregação profissional entre mulheres e homens, estimulando programas de desconstrução, de estereótipos de género.

- Garantir o cumprimento das leis da paridade de género nos órgãos de administração de empresas públicas e sociedades cotadas, bem como, de representação equilibrada nos cargos dirigentes da Administração Pública, como modo de romper o denominado tecto de vidro que tantas vezes impede ou dificulta a extensão das mulheres a lugares de topo nas empresas e instituições e, concretizar programas que visem a conciliação real entre a vida profissional, pessoal e familiar, é urgente!

- É pois de grande importância a transversalidade de uma acção consistente, a fim de produzir mudanças estruturais, duradouras que permitam alcançar uma igualdade, de facto e assim o processo de definição, execução e avaliação de políticas públicas devem ter em conta as especificidades das situações e necessidades de mulheres e dos homens no que respeita ao trabalho, emprego, igualdade e não discriminação.

- O Governo da cidade não pode, nem quer alhear-se a esse objectivo da igualdade.

- O Município de Lisboa há vários mandatos, executa programas específicos com orientações e medidas de política pública nestes domínios, programas esses que nos convocam a agir.

- Queria dar-vos uma nota final, não sombria, mas para lembrar que vivemos, de facto, no lado certo do planeta.

- Não convivemos numa sociedade em que é banal o trabalho infantil de meninas e meninos explorados em caves insalubres, horários de trabalhos com carga superior a 14 horas, semana de 7 dias sem folga numa laboração que explora seres humanos sem distinção, mas em que as mulheres são sempre mais fustigadas e a que se junta por norma visibilidade feminina a diversos títulos.

- Isto não nos consente esquecer que, outras cidadãs deste mundo conturbado, não sentiram a liberdade como pessoa, não conhecem direitos, nem lhes é reconhecida dignidade, nem são donas do seu destino.



6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

- Com todas as vicissitudes e dificuldade, com todos os obstáculos e discriminações ultrapassar, metas por atingir aqui somos cidadãs da República, livres e iguais e, por isso, continuamos de modos diferentes, mas convictos a tecer e construir oportunidades para todos, homens e mulheres até à igualdade.

A Deputada Municipal Joana Alegre (IND):

- Na passada Sessão deste Debate, nós ouvimos de factos relatos que já aqui foram mencionados de grande coragem e resistência de mulheres, ainda hoje maioria delas anónimas e, de facto, conclui-se que em 45 anos de democracia se mantém um grande défice na referência histórica sobre o papel dessas mulheres.

- Ocorreu-me que, de facto, não existe maior sacrifício que o da anulação ou esquecimento de contributos de vida e parece-me ser elementar fazer hoje aqui uma ponte com o passado, para recorda-lo à luz da actualidade e reflectir sobre o futuro.

- E, portanto, vou aqui deixar três resumos, sobre a vida de mulheres que tenho a honra de conhecer.

- Adalcinha Casimiro, professora catedrática e jubilada resistente antifascista, presa pela PIDE brutalmente torturada, exilada por vários anos em Argel, locutora da rádio “Voz da Liberdade”, mãe de dois filhos, mulher de seu marido, esquecida e nunca condecorar.

- Stella Piteira Santos, resistente antifascista, presa pela PIDE, exilada por vários anos em Argel, locutora da rádio “Voz da Liberdade”, condecorada com a Ordem da Liberdade, mãe de dois filhos e companheira infalível de seu marido por muitos sobejamente conhecido.

- Mafalda Durão Ferreira, ex-subdirectora Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, resistente antifascista, exilada por vários anos em Argel, locutora da rádio “Voz da Liberdade”, mãe de três filhos, o primeiro nascido no exílio e mulher de seu marido por muitos sobejamente conhecido.

- *“Atrás de um grande homem vem sempre uma grande mulher”*, de facto, não há frase mais retrógrada que melhor exemplifica uma cultura profundamente machista, onde tudo o que melhorou terá sido, apesar desta mentalidade ou não estaríamos aqui 45 anos depois neste resgate de um passado que até hoje permaneceu menos importante que o dos homens.

- É evidente que os tempos mudaram e muito se conquistou, sobretudo em matéria de legislação, segundo o índice de instituições sociais e género, num total de 120 países, Portugal é o quinto com leis sociais mais igualitárias. Entre as nações no sul da Europa, somos o primeiro, mas entre a Lei e a prática, o abismo permanece e a mentalidade misógina prevalece.

- Portugal é um nos países da OCDE com piores resultados no que respeita à discriminação da família, mostrando um enorme desequilíbrio na distribuição do trabalho doméstico. Atesta a OCDE que as mulheres e os homens têm a mesma liberdade de movimentos, mas na dimensão prática, Portugal apresenta das proporções mais elevadas onde as mulheres se dizem mais inseguras caminham sozinhas à noite.

- Em matéria de acesso a serviços financeiros, só um terço das mulheres ocupam cargos de gestão nas empresas, e em outros aspectos Portugal continua pior que alguns países da OCDE, também, nas limitações às liberdades civis. Temos 35%, das mulheres no Parlamento e o acesso à justiça que na prática se traduz na confiança das mulheres no sistema jurídico, 50% das mulheres portuguesas ainda não confia no sistema jurídico.



6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

- Este ano desde Janeiro até à presente, morreram, vítimas de violência doméstica, um total de 15 mulheres.
- É preciso de uma vez por todas, renegar a misoginia institucionalizada num regime ainda patriarcal.
- Mais do que apenas e só ter o pudor em manifesta-la, por ser politicamente incorrecta, há que mudar a mentalidade, a prática e abdicar do protagonismo masculino.
- Somos pares iguais, nem mais, nem menos, nem atrás.

A Deputada Municipal Patrícia Gonçalves (IND):

Muito boa tarde e muito obrigada a todos os intervenientes por trazerem aqui a sua contribuição.

- As mulheres têm acesso ao mercado de trabalho hoje já não têm que pedir autorização para viajar e podem abrir contas no banco. Mas por um lado a emancipação das mulheres e o seu acesso a formação de rendimento é uma realidade, devemos reflectir sobre as consequências que essa emancipação teve na sua vida.
- Há dois aspectos que pretendo realçar, um deles é sobrecarga que as mulheres têm, de facto, no seu dia-a-dia porque continuam a ser responsáveis pela maior parte das tarefas no cuidar dos filhos e dos ascendentes quando necessário. Ou seja, o lugar da mulher no trabalho mudou mais rapidamente que o lugar da mulher na família.
- O outro aspecto é a falta de mulheres em posições de liderança, nas empresas, nos corpos directivos e na política. No actual Governo há 5 ministras entre 17 ministros não perfazendo 30%, o que melhora um pouco nas secretarias de Estado onde a percentagem atinge quase os 40 %.
- O problema da desigualdade socioeconómica das mulheres não tem só uma solução, e só um conjunto de medidas pode alcançar alguma justiça. Uma das vertentes para esta solução é os pais como cuidadores através de medidas que promovam verdadeiramente uma parentalidade partilhada e que ajudem a distribuir a carga dos cuidados familiares e tira-la de cima dos ombros femininos.
- A outra é o estabelecimento de critérios de paridade na constituição das direcções de empresas e instituições públicas e também nas lideranças políticas. Só com mulheres nestas posições será possível adoptar políticas que contribuam definitivamente para ultrapassar o fosso entre trabalho e família e mostrar às outras mulheres que é possível quebrar o tecto de vidro. Não basta promover a participação feminina mundo do trabalho, é preciso que as mulheres possam também ser as decisoras.

A Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP):

- Muito obrigada, sobretudo em relação aos Oradores e Convidados pelos contributos que nos trouxeram, que certamente vão permitir uma melhor intervenção dos Deputados Municipais daqui para o futuro.
- Estamos hoje a discutir no âmbito do Debate Temático proposto pelo PCP, os *“45 anos de luta das mulheres por direitos iguais no mundo do trabalho”*, 45 anos que nos separam da Revolução de Abril que permitiu ao povo português a liberdade e a democracia e às mulheres em particular, criou condições para ultrapassar os preconceitos, desigualdade e discriminação de toda a espécie de que eram alvo e para a transformação da sua condição e estatuto social.



6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

- A Revolução de Abril inaugurou um tempo de direitos sociais e políticos das mulheres parte integrante do progresso conquistado pela corajosa luta de mulheres e homens.
- Quarenta e cinco anos depois é preciso voltar a afirmar os seus valores e pugnar pela concretização dos direitos inscritos na Constituição, fruto das conquistas que Abril proporcionou, pois o nosso tempo ainda não é o da igualdade na vida e no trabalho entre homens e mulheres como hoje aqui já foi referido, aliás, várias vezes.
- No nosso tempo ainda há quem defenda que as mulheres são seres menores, justificando assim as diferenças salariais que em Portugal continuam a situar-se entre os 20 e os 30%, aumentando tanto mais qualificadas forem as mulheres.
- Persistem as discriminações em função da maternidade, as mulheres continuam a estar na linha da frente de múltiplas formas de violência. A discriminação sobre as mulheres está patente na precariedade laboral, na desregulação dos horários que constituem um obstáculo à conciliação entre a vida familiar e profissional nos salários mais baixos com reflexo em mais baixas prestações sociais, na degradação do estatuto socioprofissional, na cumplicidade pelo incumprimento dos direitos de amamentação, de maternidade e paternidade, nos obstáculos colocados aos jovens casais quanto ao direito de decidir sobre o momento e o número de filhos na ausência de eficácia e nas medidas de prevenção e combate à violência doméstica.
- O actual quadro legal reconhece a formalidade dos direitos de maternidade e paternidade, mas a prática diária nas empresas nega, limita e obstaculizou seu cumprimento, como pode-se comprovar pelos relatórios sobre o progresso da igualdade entre homens e mulheres no trabalho, bem como de inúmeras queixas à CITE.
- Há entidades patronais que continuam a exercer pressão sobre as mulheres em sede de entrevista de emprego, questionando a existência de filhos e a sua idade, bem como a intenção de engravidar, pressões para não gozarem a licença de maternidade na totalidade ou mesmo a sua negação a trabalhadoras em situação precária, a redução do horário de trabalho para aleitamento e amamentação.
- O PCP tem dado um contributo sem paralelo para a realidade de uma legislação em defesa dos direitos das mulheres, mas não basta que a lei os consagre, eles têm que fazer parte da vida familiar, social e política das mulheres, para que as mulheres exerçam os seus direitos específicos para combater as desigualdades e discriminações que as atingem. Para que a participação em igualdade seja uma realidade é necessária a concretização do efectivo cumprimento da legislação em prol de uma política de igualdade.
- As opções económicas e sociais de sucessivos Governos de direita inverteram o rumo de Abril, fomentando falsas políticas de igualdade que não foram cumpridas, cavando assim ainda mais o fosso entre a Lei e a vida, pois sem o exercício de direitos não há participação nem igualdade.
- A Revolução de Abril aboliu o estatuto de inferioridade imposto pelo fascismo, mas é preciso que Abril se cumpra na vida das mulheres, é necessária uma nova política de igualdade assente no cumprimento dos direitos sociais e políticos das mulheres, parte integrante de um caminho de progresso, conquistado pela luta de homens e mulheres numa sociedade mais justa para todos.
- 45 Anos após a Revolução de Abril, infelizmente ainda se reveste de toda actualidade, o belíssimo poema de António Gedeão “Calçada de Carriche”, mas era bom que já não se justificasse:
----- *“Luísa sobe,*
----- *sobe a calçada,*
----- *sobe e não pode*



----- *que vai cansada.*”

A Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV):

- Cumprimento, em nome do Partido Ecologista “Os Verdes”, todos os presentes e, particularmente, as Senhoras Oradoras, agradecendo os contributos e reflexões que nos trouxeram.
- “Os Verdes” saúdam a realização deste debate que nos permite, mais do que comparar o antes e depois do 25 de Abril, reafirmar com determinação que 45 anos depois, o tempo continua a ser de luta.
- Saudamos também e homenageamos todas as mulheres que lutaram e lutam pelos seus direitos e por melhores condições de vida.
- Todos, mas as mulheres muito em particular viveram momentos negros durante o quase meio século de ditadura que sufocou o nosso país.
- Obediente e submissa, sem direitos nem voz, era assim que o fascismo as queria. Mas as mulheres nunca desistiram de lutar pelos seus direitos e pelos direitos de todos, e por um Portugal mais justo e com futuro.
- Contribuíram para a conquista da liberdade, da democracia e das transformações políticas, económicas e sociais que a revolução de Abril trouxe e que foram materializadas na Constituição de 1976, que consagrou direitos fundamentais da mulher.
- Falamos da proibição da discriminação com base no sexo, da protecção e da igualdade na família, do direito ao trabalho, ao salário, à conciliação do trabalho com a vida familiar e pessoal, da protecção na maternidade e paternidade, do direito à segurança social, à saúde e à segurança no trabalho, ao ensino, à cultura e ao lazer.
- E é verdade que hoje vivemos num país com legislação assente num pressuposto de igualdade entre mulheres e homens, mas o dia-a-dia continua a ter uma série de desigualdades e continuam a pairar várias ameaças a estes direitos, que, desde cedo, foram atacados pela contra-revolução.

- Em pleno século XXI, as mulheres ainda são discriminadas por serem mulheres e por razões de maternidade. No trabalho essa realidade é bem visível, quando, em Portugal, as mulheres recebem salários 16% inferiores aos dos homens.
- Também são as mulheres que ainda disponibilizam mais do seu tempo para acompanhamento familiar e para tarefas domésticas.
- E, portanto, esta realidade só muda com uma verdadeira política de igualdade, que ponha fim às discriminações no trabalho e na sociedade, ao desemprego, à precariedade, aos baixos salários e a todas as formas de violência contra as mulheres.
- Uma política que respeite e valorize a função social de maternidade e paternidade, que garanta a conciliação entre o trabalho e a vida familiar e pessoal e o acesso a uma rede pública de apoio à infância, aos idosos e às pessoas com deficiência.
- Uma política que valorize a participação da mulher no trabalho, com respeito pelo princípio constitucional de salário igual para trabalho igual, e o Estado não se pode demitir da fiscalização e da exigência do cumprimento da lei.
- Nesse sentido, “Os Verdes” têm apresentado diversas propostas, das quais daria apenas alguns exemplos, como os projectos com vista a promover a igualdade salarial entre mulheres e homens, uma maior fiscalização e acção em prol da igualdade de oportunidades no mundo do trabalho, o



6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

reforço dos direitos da mulher durante o parto e após o internamento, assim como várias medidas para o combate à violência doméstica.

- A verdade é que a desigualdade que ainda persiste não se resolve com discursos nem com teorias. Resolve-se com medidas concretas que não permitam que essa desigualdade e discriminação existam, porque não só na Lei, a igualdade exige-se também na vida!
- Terminava, reforçando a ideia de que o que o 25 de Abril iniciou ainda não acabou, não pode haver recuos e a luta pelos direitos das mulheres é uma urgência para retomar os caminhos de Abril, caminhos que devem ser feitos por mulheres e homens, lado a lado!

A Deputada Municipal Luísa Aldim (CDS-PP):

- Começo por saudar as nossas Oradores e saudar também o PCP, pela iniciativa de apresentar aqui este debate à Assembleia Municipal de Lisboa, que o CDS entende ser muito importante para que continuemos a construir uma sociedade, em que as mulheres e os homens tenham acesso e, no fundo, igual do ponto de vista de direitos de oportunidades.
- Mas entendemos que os contributos e os factos que aqui foram apresentados são, de facto, muito importantes não só para trilhar o caminho que vem a seguir, mas também para reconhecer aquilo que existe.
- É importante perceber que, ainda existem desigualdades especialmente no mundo laboral, e no mundo laboral as desigualdades existem por diversos motivos.
- Primeiro, porque quando olhamos para a questão da relação família e trabalho, isto é uma questão que nós, naturalmente olhamos para as mulheres quando na realidade não deve ser uma questão que é colocada às mulheres, é uma questão que deve ser colocada a todos. E isto é, no fundo, o chamado em *“unconscious bias”* que existe e que tem que ser trabalhado de duas formas.
- Tem que ser trabalhado do ponto de vista de trabalhar a diversidade nas organizações, trabalhar a diversidade dentro da família, perceber que lá porque se é mulher, porque se o homem a tarefa não tem que estar pré-definida para cada um, mas que tem que existir a tal complementaridade em que cada caso é um caso e haver a liberdade de se poder decidir como é que se quer fazer em cada caso.
- E aqui o que é que, no fundo, as entidades governamentais podem ter uma actuação, podem ter uma actuação de criar leis laborais que sejam mais flexíveis, quer do ponto de vista de ajuste de horários, quer de ajustar o trabalho à distância sempre que possível, quer de perceber que mesmo na situação de maternidade e de licença de parentalidade que, se calhar, a mulher pode querer decidir usufruir na maneira como está na Lei, mas também, se calhar, pode querer fazer de forma diferente, como pode ser o pai a querer assumir a paternidade. E, portanto, digamos que não deve ser tão restritivo tudo aquilo que já existe e deve haver maior liberdade de escolha às pessoas e às famílias para tomarem as decisões. Cabe às famílias tomarem essa decisão, do ponto de vista mais liberal e, é aqui que o Governo até poderia dar esse mesmo exemplo.
- Dando, também, não só posições de destaque a mulheres, que aqui sim há uma grande diferença, quando nós olhamos para as empresas e para os governos, aquilo que vemos e, agora o Governo Socialista é exemplo disso, não é! De facto, há muito poucas mulheres, em lugares de decisão. E aquilo que faz, quando colocamos mulheres à frente em lugares de decisão, faz com que toda a dinâmica que está por trás da organização do seu dia-a-dia mude. E a política é o



6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

melhor exemplo disso mesmo, se vocês repararem na política a maior parte das reuniões acontece à noite e ao fim do dia.

- E, portanto, como é que quem trabalha, no fundo, exerce política no nosso caso que não é o nosso dia-a-dia que, no fundo, é um momento além dos nossos trabalhos, como é que depois consegue conciliar tudo isto? Só consegue conciliar se do ponto de vista familiar houver essa harmonização, dar essa mesma liberdade a cada um.
- E portanto, aqui as entidades estatais, também, podem dar esse exemplo e começar precisamente a dar mais oportunidades às mulheres, para tomarem os lugares de decisão e começar a definir as regras do jogo, duma maneira mais igual ou pelo menos não pensada apenas por homens, mas por homens e mulheres. Mais uma vez aquilo que o CDS defende é a diversidade nas organizações e a diversidade das oportunidades.
- Portanto, este caminho não se faz apenas com mulheres, faz-se com mulheres e com homens pensado em conjunto e trilhando um caminho em conjunto.

O Deputado Municipal Miguel Santos (PAN):

- Agradecer ao Partido Comunista ter trazido este Debate Temático, que tão importante é neste momento e no futuro provavelmente ainda o será mais.
- E eu queria começar por referir que, aquilo que ainda agora se falou das tendências inconscientes, que se vão detectando nos comportamentos são comandadas também pela linguagem.
- Por isso, nós fizemos uma Proposta que ainda não está decidida, relativamente a linguagem inclusiva no nosso Regimento da Assembleia e mesmo aí temos resistências, quando há resistências na utilização da linguagem inclusiva, percebemos que as outras coisas são por vezes ainda mais difíceis.
- E queria referir que esta questão, é uma questão que é determinada em grande parte pela educação dos meninos e das meninas e vemos reflexo disso não só na questão do trabalho, mas, também, nas questões da igualdade, no *domus*, a questão da violência doméstica, todas estas questões que são atravessadas pela questão educativa, são questões que devem ser tratadas desde da mais tenra idade e fazer com que meninos e meninas se reconheçam como iguais e possam partilhar tarefas.
- Quando falamos de emprego com direitos, com certeza que será e é o desejável e deve ser comandado pela Lei, que assim seja, o problema é que nós não estamos numa economia comandada, dirigida de forma de vertical e temos hoje “n” mecanismos de trabalho que escapam a qualquer comando da Lei.
- Hoje temos o trabalho digital que é feito no recesso do lar, no computador de cada um, homens e mulheres vão ser utilizados de forma indistinta e sem discriminação, neste caso, para obter lucro máximo para empresas.
- Neste momento já não estamos a falar de trabalho nem ao dia, nem à hora, mas estamos a falar de trabalho ao minuto e ao segundo. Trabalhos de programação, trabalhos de tradução, portanto, há um conjunto de trabalhos que, com certeza a criatividade humana há de ainda alargar no seu âmbito que estão a ser feitos através da *Internet* sem qualquer regulação, sem qualquer controlo.



6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

- E pelo que percebemos da tendência do planeta, parece-nos que será cada vez mais assim e isso só pode ser combatido pela educação. A educação que nos auto-regula enquanto seres humanos e que permitirá desejavelmente que os nossos comportamentos se vão modificando.
- Para a maioria das mulheres o mais importante no seu emprego é conseguirem compatibilizar o trabalho e a vida pessoal e familiar, no entanto, as mulheres ainda destinam mais de 50% do tempo a tarefas domésticas, ou seja, a tarefas não remuneradas.
- Um estudo concluiu que todas estas realidades têm um impacto na diminuição da natalidade, no absentismo, na educação das crianças e jovens e, nos índices de divórcio.
- Ou seja, estamos com um problema de toda a sociedade, que tornamos a salientar que o principal para além da Lei, que deve garantir que nas situações de trabalho regulado seja cumprido a igualdade, mas é a educação que vai regular o outro lado, o comportamento em casa entre os géneros e a forma como nos vamos mover nesta sociedade cada vez mais complexa.

A Deputada Municipal Ana Mateus (PSD):

- Os direitos das mulheres no mundo do trabalho, 45 anos depois do 25 de Abril, não obstante poderemos considerar tardias estas conquistas, podemos afirmar que tanto a mulher como a criança foram protagonistas activos, muitas vezes com o sacrifício das suas próprias vidas, na construção desses direitos ao longo do século passado.
- Numa sociedade conservadora, profundamente católica, marcada por uma forte ruralidade, de fraca intervenção cívica e cuja população apresentava deficientes níveis de educação, o estatuto legal da mulher correspondia “*qua tale*” (*como tal*) ao seu papel tradicional de mãe de família, esposa e “fada do lar”.
- *Paul Deschamps* escrevia a este propósito que “os colégios femininos são de tipo arcaico, não há instrução séria, apenas um pouco de literatura, de francês e das artes de bem receber”. Inexistia, portanto, quer da parte do Estado, quer da própria sociedade e das famílias, um claro desinvestimento na educação das mulheres, que desta forma, se encontravam impedidas de desenvolver aptidões intelectuais e culturais, que lhes permitissem a médio ou longo prazo, eventualmente, iniciar quaisquer processos reivindicativos por um estatuto igualitário.
- Por outro lado, o trabalho feminino, prestado fora do contexto doméstico, era característica predominante das classes baixas (agricultores e operários) tratando-se sobretudo, de actividades pouco qualificadas e subvalorizadas pelos empregadores em termos remuneratórios e prestado “*prima facie*” (*à primeira vista*) nas actividades fabris e na agricultura.
- Mas mesmo exercendo uma actividade profissional remunerada, a mulher casada não dispunha de poderes de administração dos bens do casal, conforme resultava do artigo 1878º CC (Código Civil).
- Este *status quo*, apenas sofreu alterações na segunda metade do século XX, mais concretamente após a revolução do 25 de Abril. Na verdade, só após as alterações introduzidas na Constituição da República Portuguesa - artigo 13º que proibiu, entre outras, as discriminações em razão do sexo e posteriormente transpostas para o Código Civil, com a reforma efectuada em 1977, é que a mulher adquiriu, no ordenamento jurídico nacional, um verdadeiro estatuto legal de igualdade.
- É neste contexto revolucionário de abertura das mulheres ao mundo do mercado de trabalho, que surgem finalmente diplomas que abrem acesso a todos os cargos de carreira administrativa local, à carreira diplomática e à magistratura, áreas que outrora apenas eram do domínio exclusivamente masculino.



6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

- Cumpre salientar, que uma das características mais interessantes da produção normativa nacional a partir de 1974, foi o seu carácter inovador e revolucionário na consagração de direitos constitucionais, políticos, civis e laborais igualitários para homens e mulheres.
- Joana Gíria esclareceu que desde 1979, existe de facto, no âmbito das atribuições da Comissão para a Igualdade no Trabalho a competência de verificar casos de discriminação salarial. Actualmente há um reforço dessa competência, de modo a que efectivamente as empresas e as organizações devam cumprir o que é justo” e sublinhou, que segundo os dados mais recentes do gabinete de estratégia e planeamento do Ministério do Trabalho, houve de facto um decréscimo. O que significa que as mulheres, neste momento, devem trabalhar mais 54 dias por ano que os homens para ganharem o mesmo ao fim do ano”. Tomando em consideração o ganho médio mensal, que inclui prémios, subsídios e pagamento de trabalho suplementar, a disparidade salarial de género sobe para 18,4 %, no equivalente a uma diferença de 225 euros / mês, em desfavor das mulheres. Acresce que a disparidade salarial tende a aumentar à medida que aumenta o nível de qualificação profissional, chegando aos 26,4 %, nos quadros superiores, numa diferença de mais de 670 euros mensais.
- Certo é, que decorridos 45 anos, se ao nível dos números a situação actual parece mais equilibrada, ao nível qualitativo, muito esforço parece ainda ter de ser feito até que ocorra uma evolução significativa. De facto, os estudos da União Europeia sugerem estar em curso um movimento gradual, mas persistente, no sentido da redução das diferenças entre as oportunidades de emprego de homens e mulheres.
- Outros dados apresentados pela Comissão Europeia (CE) reflectem sobre o tempo que ainda é necessário decorrer até que todas as questões laborais que diferenciam os géneros sejam resolvidas: as diferenças salariais, a segregação por sector de actividade e o número de mulheres em cargos de decisão, por exemplo.
- Segundo o Jornal económico, o número de mulheres empregadas em Portugal em 2018, foi de dois milhões trezentos e oitenta mil e oitocentas (média anual), traduzindo uma situação de quase paridade com os homens ao nível do emprego pela primeira vez no país. Mas essa paridade está longe de ser ainda uma realidade ao nível dos salários. As mulheres ganham, em média, menos 18,4%. Uma diferença que pouco se reduziu nos últimos 20 anos. A este ritmo vão ser preciso mais 83 anos para atingir a igualdade no salário.
- Ao ritmo dos últimos 20 anos, só em 2101 haverá igualdade. Como tal, o esforço que tem sido feito por todas e todos, no sentido de diminuir estas assimetrias até hoje, não pode parar! Uma Sociedade só se desenvolverá para níveis superiores, quando todas e todos tenham as mesmas condições de desenvolvimento e concretização pessoal, para o exercício e participação activa na sua construção.

ENCERRAMENTO DO DEBATE TEMÁTICO

O Moderador, Deputado Municipal Davide Amado, agradeceu às convidadas, ao público presente, aos Senhores Deputados Relatores pelo trabalho da elaboração de um relatório e ao PCP por ter sugerido este Debate.

Deu por terminado o Debate com a seguinte afirmação:



6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

“Porque 45 anos depois do 25 de Abril, 45 anos depois de termos saído de décadas de trevas através de uma ditadura fascista e temos na igualdade de oportunidades, da democracia, da liberdade, na participação, agora oportunidade de continuar a construir outros 45 anos em que tentaremos ainda mais chegar essa igualdade de oportunidades entre todos”.

O Debate terminou, cerca das dezanove horas e trinta e sete minutos.

VI – CONCLUSÕES

Este Debate Temático da “45 ANOS DEPOIS DO 25 DE ABRIL, OS DIREITOS DAS MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO”, composto por duas sessões, teve como finalidade uma melhor apreensão da realidade laboral das mulheres no antes e pós 25 de Abril de 1974, aproveitando desta forma a possibilidade de prestar uma justa homenagem às mulheres que lutaram, e lutam, pela conquista da igualdade de direitos, contra todas as formas de opressão e exploração.

Da primeira parte do debate, podemos concluir que os direitos das mulheres, condições de vida e de trabalho eram praticamente inexistentes. Salienta-se a luta de muitas mulheres contra as discriminações e as desigualdades, ao nível do trabalho, da educação, das reformas e pensões, da saúde, fruição cultural ou participação social na procura de uma maior justiça social.

A segunda parte do debate foca-se no período pós revolução, em 25 de Abril de 1974, onde se assiste a uma mudança na política de igualdade, inseparável da justiça social defendida nos valores e direitos de Abril. Com a Constituição da República Portuguesa de 1976 eliminou-se pela primeira vez todas as formas de discriminação na lei, incluindo as discriminações por razão de sexo.

No entanto é notório que, apesar dos avanços gigantescos e do reconhecimento da igualdade na lei, persistem desigualdades e discriminações sobre as mulheres nas mais diversas áreas da vida – trabalho, família, participação cívica, exercício de direitos, entre outras – que urgem ser extintas para a prossecução de uma sociedade liberta de exploração e discriminação, uma sociedade justa, fraterna e solidária.

A realidade de hoje confronta-se com maior desemprego feminino, aumento do número de mulheres a viver abaixo do limiar da pobreza (com referência obrigatória às famílias monoparentais lideradas por mulheres nesta condição), diminuição de salários, aumento da precaridade; de destacar ainda outras formas de violência sobre as mulheres que persistem: a violência doméstica, o assédio, as dificuldades no acesso à educação, à saúde ou à participação política.

Nesta segunda parte do debate foi evidenciado os muitos avanços conquistados, mas este é um processo que importa prosseguir e consolidar, com as mulheres como sujeitos activos na luta para responder aos problemas mais sentidos e pela concretização da igualdade na lei e na vida.



6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

Este Relatório foi aprovado por Unanimidade de todas as forças políticas presentes e representadas na Comissão.

Lisboa, 11 de Março de 2020

Os Relatores

Graciela Simões (PCP)

Aline Beuvink (PPM)

Fernando Correia (Ind.PCP)

Raúl Santos (Ind.)

Sobreda Antunes (PEV)

O Presidente da 6.ª Comissão

Davide Amado